

---

**Segmento: PUCRS**

---

24/09/2020 | A Gazeta | [agazeta.com.br](http://agazeta.com.br) | Geral

## Mais partidos recuam e propaganda de TV na Serra segue indefinida

<https://www.agazeta.com.br/es/politica/mais-partidos-recuam-e-propaganda-de-tv-na-serra-segue-indefinida-0920>

Horário eleitoral gratuito: alguns partidos da Serra e de Cariacica querem que candidatos de seus municípios sejam exibidos na TV. Crédito: Caroline Pacheco/Famecos/PUCRS

O movimento de partidos e candidatos para convencer a Justiça Eleitoral a permitir propaganda eleitoral na TV na cidade sofreu um novo revés, que partiu das próprias siglas. Várias legendas desistiram do pedido, alegando que a mudança, em cima da hora, não seria benéfica. A campanha eleitoral começa em três dias e a transmissão nas telas ocorre a partir de 9 de outubro onde há sede de emissora. Na Serra não há, mas 18 partidos enviaram um ofício à Corte solicitando transmissão lá, a partir de emissora sediada na Grande Vitória.

Até a noite desta quarta-feira o número de legendas favoráveis havia caído para 14 e, durante uma reunião realizada nesta quinta-feira (24) entre o TRE, as emissoras de TV e os líderes estaduais dos partidos, mais duas siglas "trocaram de lado." Estiveram presentes 18 legendas, destas, apenas seis se posicionaram a favor da propaganda local: Rede, Podemos, PMN, Patriota, Republicanos e PSOL.

Mudaram de posição o PT e o PROS. As siglas haviam se posicionado a favor da mudança em ofício enviado à Justiça Eleitoral, mas durante a reunião, representados por integrantes dos diretórios estaduais, disseram ser contra a alteração. O motivo seria a decisão em cima da hora e a indisponibilidade de recursos. O PROS, no entanto, sugeriu que as emissoras façam, pelo menos, um debate com todos os candidatos do município.

A motivação, no entanto, pode ser o jogo político das coligações. O PROS integra a coligação do PSDB na cidade, que desde o início se posicionou contra a propaganda e tem como candidato a prefeito o deputado estadual tucano Vandinho Leite. O PT, que retirou a candidatura de Fernanda Souza, ainda não anunciou se vai integrar a coligação da Rede ou a do PDT, mas a "mudança de lado" pode indicar uma decisão. O PDT está contra a propaganda enquanto a Rede segue sendo a favor.

Além de PT e PROS, votaram contra a propaganda local PDT, DEM, PSDB, PMB, PSD, PTB, PSL, MDB e PSC. Os demais partidos não participaram do encontro, realizado de forma virtual.

Quem é favorável alega que a mudança poderia "democratizar o acesso à informação", já que nem todos os serranos têm acesso à internet e, com a pandemia, os candidatos terão que reduzir a campanha de rua. Já os que são contra alegam que está "tarde demais" para alterar a forma de fazer campanha e que com o alto custo das produções de TV, ficaria inviável refazer o planejamento orçamentário.

Veja também Covid-19: às vésperas da campanha, comícios estão proibidos no ES

O relator do caso, juiz Ubiratan Almeida Azevedo, ainda não bateu o martelo. A definição, de acordo com o próprio magistrado, deve sair ainda nesta quinta (24) ou sexta-feira (25).

### CARIACICA TAMBÉM FEZ PEDIDO AO TRE

Enquanto na Serra partidos trocam de lado e a decisão segue indefinida, em Cariacica 17 partidos assinaram uma petição que foi protocolada na Justiça Eleitoral nesta quarta-feira (23) pedindo a transmissão de propaganda local na TV. Até o momento, nenhum

partido se movimentou para tentar impedir a mudança.

Diferentemente do posicionamento na Serra, foi o PROS que convocou as demais legendas para uma reunião, que resultou na petição. Por lá, como o candidato do PROS encabeça a chapa, o PSDB é favorável, assim como PT, Solidariedade, PSB, PV, PDT, PMB, PP, DC, PL, PCdoB, MDB, PSD, PSC, PSL, PTC e Patriota.

Apenas Rede, PTB, PRTB e os partidos que compõem a coligação do DEM - Republicanos, Podemos, PMN, Avante e Cidadania - não participaram do movimento.

Veja também Candidato que usa desinformação não merece representar o povo, diz presidente do TRE-ES

TCES entrega lista com nomes que podem ser barrados nas eleições

Após rompimento, vices vão disputar eleições contra prefeitos e aliados no ES

Cariacica Serra Eleições 2020 serra TRE-ES

24/09/2020 | G1 Rio Grande do Sul | [g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul](https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul) | Geral

## Prefeitura repassa gestão de parte da atenção primária à saúde de Porto Alegre à rede privada

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/09/24/prefeitura-repassa-gestao-de-parte-da-atencao-primaria-a-saude-de-porto-alegre-a-rede-privada.ghtml>

*103 unidades serão geridas pelos grupos Santa Casa, Divina Providência e Associação Hospitalar Vila Nova. Profissionais do Imesf protestaram contra demissão de mais de 1,2 mil trabalhadores.*

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre anunciou nesta quinta-feira (24) a contratualização de 103 unidades de saúde junto a três instituições privadas. Irmandade Santa Casa, Sociedade Sulina Divina Providência e Associação Hospitalar Vila Nova, além da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), serão responsáveis por administrar parte da atenção primária à saúde da Capital.

O anúncio, por outro lado, gerou protestos entre os funcionários do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf). Uma manifestação em frente à prefeitura contestava a demissão de 1.291 funcionários. Os trabalhadores saíram em caminhada até a sede do ministério público estadual.

“Entendemos que não pode haver demissão porque existe decisão do Tribunal Regional do Trabalho que impede o prefeito de substituir os concursados do Imesf até manifestação da Justiça estadual”, afirma o delegado do Sindicato dos Enfermeiros, Estevan Finger da Costa.

Nesta quinta, mais 236 notificações de demissões foram entregues. Janaína Gomes, cirurgiã dentista em um posto de saúde na Zona Norte de Porto Alegre há quatro anos, diz estar surpresa com o anúncio da secretaria.

“Nós ficamos muito tristes com tudo isso que tá acontecendo. Somos concursados. Não temos culpa que teve um problema na lei do Imesf. Ninguém sabia quando fez o concurso”, diz.

Porém, a secretaria reforça que a sentença da Justiça do Trabalho autoriza a dispensa coletiva. O secretário Pablo Stürmer disse que as demissões tiveram que ser feitas depois que o Supremo Tribunal Federal declarou o Imesf extinto.

O STF considerou inconstitucional a lei que criou o instituto. Como a sentença transitou em julgado, não existem mais recursos que possam reverter a decisão.

“Nós chegamos a construir proposta de acordo pra poder cumprir decisão judicial, mas, infelizmente, provavelmente acreditando nos sindicatos, as categorias rejeitaram esses acordos. Chegamos a tentar uma outra proposta de acordo e foi novamente rejeitada pelos agentes. Recentemente, a Justiça do Trabalho determinou que não se deva colocar nenhuma verba indenizatória. Apenas encerrar os contratos, porque extinguindo o Imesf é como se esses contratos nunca tivessem existido”, pontua.

O Imesf é composto por profissionais que atuam em várias frentes nos postos de saúde da Capital. São médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e dentistas. Todos os meses a prefeitura repassa recursos para pagar os salários desses profissionais e ainda adquirir insumos para as necessidades de cada unidade.

Com a transferência de gestão, tudo isso será passado para os três grupos hospitalares que vão assumir o trabalho conforme as regiões da Capital.

Postos de saúde serão geridos por três grupos hospitalares — Foto: Reprodução/RBS TV

Irmandade Santa Casa de Misericórdia

43 Unidades de Saúde das regiões Noroeste/Humaitá/Navegantes e Ilhas e Região Centro e Região Leste/Nordeste e Norte/Eixo/Baltazar

96 Equipes de Saúde da Família

Sociedade Sulina Divina Providência

35 Unidades de Saúde das regiões Glória/Cruzeiro/Cristal e Região Partenon/Lomba do Pinheiro

81 Equipes de Saúde da Família

Associação Hospitalar Vila Nova

25 Unidades de Saúde das regiões

63 Equipes de Saúde da Família

Total: 103 Unidades de Saúde e 240 Equipes de Saúde da Família

A prefeitura vai repassar, mensalmente, 16,5 milhões, mais uma verba de mais de R\$ 1 milhão para que estas instituições façam a manutenção dos prédios. Os contratos preveem metas de desempenho que devem ser cumpridas mês a mês. Entre elas, aumentar o número de consultas feitas por mês.

“Esta expansão aqui do atendimento ela é gigantesca, ela dobra em algumas áreas o atendimento nas unidades básicas de saúde”, assegura o prefeito Nelson Marchezan Júnior.

Os contratos também preveem aumento das equipes do programa saúde da família. Serão 240 equipes completas com médicos, enfermeiros e mais outras 150 para o programa saúde bucal.

“O que falta é ter mais médicos pra agilizar mais o atendimento. Tendo mais médicos, vai gerar menos pessoas, menos aglomerações. As pessoas vão ser atendidas e ir embora pros seus lares. Vai ter menos risco de contaminação”, comenta o pastor José Nilto Vieira dos Santos.

Atualmente, de acordo com a SMS, são 43 unidades de Saúde contratualizadas, com profissionais para 109 equipes de Saúde da Família, 27 de atenção primária e 68 de saúde bucal. Elas são responsáveis pelo atendimento de 400 mil pessoas.

Com os novos contratos, serão mais 45 unidades de saúde com turno estendido, o que representa 13 mil horas a mais de atendimento.

Nesta quinta, 12 unidades ficaram fechadas, o que, segundo a prefeitura, prejudicou o atendimento a cerca de 60 mil pessoas.

Postos de saúde serão geridos por instituições privadas — Foto: Reprodução/RBS TV

24/09/2020 | GZH | [gauchazh.clicrbs.com.br](https://gauchazh.clicrbs.com.br) | Geral

## Termo "dor nas costas" bate recorde de busca na internet durante a pandemia; saiba como evitar o problema

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/09/termo-dor-nas-costas-bate-recorde-de-busca-na-internet-durante-a-pandemia-saiba-como-evitar-o-problema-ckfhabmo5006g012yheqewwus.html>

*Procura pelo assunto cresceu 76% desde que o Brasil registrou o primeiro caso de covid-19*

Dados do Google Trends, ferramenta de análise de tendências do buscador, mostraram que o termo "dor nas costas" bateu recorde de procura no site durante a pandemia no Brasil. Desde 26 de fevereiro, quando o país registrou o primeiro caso de coronavírus, a busca pela expressão aumentou 76%.

Apesar de ser considerado um problema comum - que afetará cerca de 70% da população ao menos uma vez na vida -, o crescimento de casos preocupa especialistas e está relacionado principalmente às adaptações feitas em decorrência do distanciamento social. Marcelo Fagundes, fisioterapeuta do Centro de Reabilitação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), explica que a musculatura da coluna está mais suscetível a lesões, pois é ela que faz as relações neurológicas do corpo:

- É por ela que passam todas as informações que vão e que vêm para qualquer parte do corpo: músculos, articulações e ossos. Todas as estruturas são enervadas e mandam e recebem estímulos da coluna.

Segundo Malgarino Roncato, médico ortopedista e traumatologista do Hospital Moinhos de Vento, também há alguns fatores de risco que aumentam a predisposição a problemas na coluna, como genética, idade, posturas viciosas, sobrepeso e perda de massa muscular. No entanto, para os especialistas, o aumento dos relatos de dor nas costas durante os meses de pandemia tem três principais motivos: a saúde emocional, a falta de exercício físico e o excesso de tempo sentado em frente ao computador.

Fagundes esclarece que o corpo humano tem um sistema nervoso autônomo sobre o qual as pessoas não têm controle. Ele é composto de um sistema simpático (estressor) e um sistema parassimpático (de relaxamento). Quando alguém sente medo, preocupação ou nervosismo, ativa o estressor, que libera hormônios que deixam o corpo com uma tensão muscular aumentada.

- Então, quando temos esses sentimentos hoje em dia, que podem estar relacionados à pandemia, nosso corpo faz isso. E, quando ocorre de uma forma crônica, constante, pode nos dar muitos prejuízos, gerando dor - afirma o fisioterapeuta.

A saúde emocional também afeta o sono, o que pode piorar ainda mais o problema de dor nas costas:

- O sono vai contra o sistema estressor, é o sistema de relaxamento, o momento em que a pessoa vai recuperar o corpo, relaxar os músculos, em que os hormônios vão ser opostos aos do sistema estressor. Então, a privação de sono é um reforço para o aumento de dores.

De acordo com Roncato, os relatos de dor, tanto na lombar quanto na cervical, têm crescido inclusive entre os adolescentes. Para ele, essa questão está diretamente ligada ao sedentarismo, considerando que as academias permaneceram fechadas por muito tempo e as pessoas pararam de fazer atividades físicas, aumentando, conseqüentemente, o sobrepeso.

- O sedentarismo, o sobrepeso e a perda de massa muscular em tempos de pandemia pioram ainda mais a condição de saúde - alerta o médico.

Dicas para evitar o problema Faça atividades físicas regularmente Os exercícios são extremamente importantes para o metabolismo do corpo. Fagundes afirma que as pessoas que fazem atividades físicas dormem melhor, têm um sistema de reparação melhor, hormônios trabalhando de uma forma mais equilibrada e ganho de mobilidade no corpo.

- A privação (da atividade) vai contra isso, não tem esse reequilíbrio metabólico e o corpo vai ficando cada vez mais travado, o que predispõe à dor e ao desconforto - explica.

Faça pausas durante o expediente A postura sentada é prejudicial à coluna, pois altera a posição correta durante um período muito longo, o que leva ao sofrimento e desgaste dos discos da coluna, ressaltam os especialistas. Por isso é importante fazer pausas a cada uma hora de expediente para alongar e movimentar o corpo.

- Orientamos que as pessoas se levantem e deem uma volta, mesmo que seja ao redor da mesa de trabalho - enfatiza Roncato.

Corrija a postura e alinhe o monitor Quem trabalha sentado durante muito tempo precisa corrigir a postura, utilizando uma cadeira que tenha um apoio adequado para a lombar. Além disso, o monitor deve ficar na altura correta para que a pessoa não precise olhar para baixo.

Tenha um apoio para braços e pés A cadeira ideal também precisa ter apoio para os braços. É importante ainda não deixar os pés soltos e ter onde apoiá-los.

- Essas correções de postura durante o trabalho auxiliam na redução de dor e problemas desse tipo - afirma Fagundes.

Procure ajuda especializada Caso a pessoa sinta dores fortes e persistentes, será preciso procurar um profissional especializado. Roncato salienta a importância de investigar a origem do problema com exames específicos, para então fazer um tratamento adequado, e não tentar resolvê-lo com automedicação.

- As pessoas costumam tomar anti-inflamatórios, mas esse medicamento não é inofensivo, ele pode prejudicar os rins, o fígado e o estômago, por exemplo. O remédio ajuda naquele momento, mas não resolve o problema. Por isso, as pessoas devem procurar um serviço especializado, fazer exames físicos e investigar bem - orienta.

Produção: Jhully Costa

24/09/2020 | Jornal do Comércio | [jornaldocomercio.com](http://jornaldocomercio.com) | Geral

## Caféina para empreender

[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/ge2/noticias/2020/09/757002-cafeina-para-empreender.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/ge2/noticias/2020/09/757002-cafeina-para-empreender.html)

*Tradicional bebida inspira negócios no ramo da gastronomia pelo Rio Grande*

Café: uma bebida que acolhe e que ajuda quem está atarefado a organizar as ideias. É também um pretexto para conversar, trocar opiniões, debater um tema importante no trabalho ou comentar um filme. Por todas essas descrições, citadas pela jornalista Laura Glüer, de Porto Alegre, o mercado segue aquecido - apesar da pandemia do coronavírus.

Laura criou a página Café Combustível nas redes sociais em 2017 e se diz uma apaixonada pela bebida. Ela lembra que o Brasil é o segundo maior consumidor de café do mundo, só perdendo para os Estados Unidos. E vale lembrar, resalta ela, que o volume de ingestão do café vem logo após o da água no planeta.

A também professora universitária lançou a página para se comunicar com pessoas que, assim como ela, curtem o produto. Com o tempo, muitas cafeterias passaram a enxergar como uma referência para promover relacionamento entre negócios e público.

"Aos poucos, estamos construindo uma liga das cafeterias. Na pandemia, foram muitos decretos e a necessidade de, juntas, fazerem do limão uma limonada (neste caso, um café romano, com raspas de limão). As dificuldades são grandes, mas já está em construção a criação de uma rota dos cafés na Capital para que a clientela possa descobrir espaços diferentes em vários segmentos", adianta Laura.

Nesta quinta-feira, inclusive, ela promove a Confraria do Café Combustível. O evento online terá como tema Café e Gastronomia.

Entre os convidados para o debate, está o chef Edevaldo Nunes, que pilotou a cozinha do Dado Bier por muitos anos e hoje é um dos sócios dos Restaurantes Quintanilha de Porto Alegre e Gramado. O beer sommelier Bento Ferreira, especialista em cervejas com café, e a pesquisadora de gastronomia Carla Maicá, editora do blog Cucina Artusiana, também participam. Os três falarão sobre o café como bebida e como ingrediente em diferentes pratos, sejam eles doces ou salgados.

Para Laura, a pandemia impactou as cafeterias, porém o consumo doméstico permaneceu em alta. "Muitas cafeterias tiveram de se adaptar a este novo momento, oferecendo delivery. Algumas montaram kits com café em pó, fatias de torta, salgados e embalagens diferenciadas para reproduzir a experiência da cafeteria em casa", diz ela, acrescentando que basta ter criatividade para empreender no ramo.

"Vai além da gastronomia. O café pode estar em objetos de decoração, cosméticos, peças de roupa, músicas e muitos outros produtos."

Thomas, gerente da Marek: linha é vendida pelo Brasil

Thomas, gerente da Marek: linha é vendida pelo Brasil. Foto: Arquivo Pessoal/Divulgação/JC

Para mostrar que o café é mais que potência, mas representa sabor, aroma, textura e cultura, nasceu uma linha que mistura o grão à cevada na cervejaria Marek, de Charqueadas. O empreendedor Thomas Marek, 26 anos, diz que é utilizada a variedade Catuai Amarelo, torrada por sua família, em que são realizadas duas extrações pelo método cold brew (a frio), de 18 e 20 horas.

Há dois anos, a Marek trabalha com a fazenda Um, de São Paulo, e no fim do ano passado começou a torrefação própria em nano lotes. "Essa fazenda nos proporciona cafés sensacionais e de nível mundial", afirma Thomas.

Segundo ele, quem gosta da cerveja de café vai do conhecedor e admirador dos grãos até o público que não tem muito aprofundamento no assunto, por ser uma bebida mais leve. A comercialização acontece em todo o País e há mais informações pelo Instagram @marekcervejariaartesanal. A capacidade máxima de produção da marca é de até 6 mil litros por mês. "Fora da pandemia, fazemos em torno de 2 mil litros. Atualmente, estamos em torno de 1 mil litros", mensura.

Silvia, da Senhora dos Doces, oferece caixas com seis ou 12 unidades

Silvia, da Senhora dos Doces, oferece caixas com seis ou 12 unidades. Foto: Arquivo Pessoal/Divulgação/JC

Silvia Rosane Domingues, 48 anos, de Porto Alegre, uniu duas iguarias que têm o coração dos brasileiros - o café e o quindim - para lançar uma novidade que vem agradando sua clientela: um quindim de café. "A diferença mais marcante é que o café quebra um pouco do doce", ressalta a empreendedora.

Formada como secretária executiva pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Silvia trabalhou por nove anos na secretaria acadêmica da faculdade UniRitter, na Capital. Para ter uma renda extra, criou, em 2013, a Senhora dos Doces, enquanto tinha carteira assinada.

"Fiz alguns cursos para me especializar, porque sabia que, um dia, iria me dedicar inteiramente à confeitaria", lembra. Em 2019, aconteceu. Ela se viu desempregada e resolveu apostar no que ama, atendendo aos pedidos por encomenda. A ideia do quindim surgiu numa conversa com amigos. "Falávamos no WhatsApp como é bom comer um quindim e tomar um cafezinho. Nesse papo, veio a questão de como seria um quindim de café. Fiquei com a ideia martelando na minha cabeça e no outro dia resolvi colocar em prática. Na primeira tentativa, já ficou muito gostoso, mas fui aperfeiçoando, até chegar no que é hoje", detalha.

O café, segundo ela, deu um toque todo especial ao quindim, e as vendas estão lhe impressionando. Para comprar as caixinhas com seis ou 12 unidades, é preciso falar com Silvia pelas redes sociais da Senhora dos Doces. A unidade custa R\$ 2,50.

Cristiano, da Kgelato, desenvolveu o item para acompanhar strudels

Cristiano, da Kgelato, desenvolveu o item para acompanhar strudels. Foto: Arquivo Pessoal/Divulgação/JC

E que tal incluir café no gelato? Essa é a aposta da Kgelato, criada há cerca de um mês por Cristiano Karst, de Porto Alegre, que, entre os sabores, oferece o Vecchio, de café com nozes.

"A ideia veio de lançar uma linha de gelatos italianos para serem degustados com nossos strudels da Kstrudel, por ser um acompanhamento tradicional, assim como o chantilly. Eles podem ser degustados separadamente também", informa Cristiano.

O empreendedor curte gastronomia desde a infância e seu primeiro negócio foi com os strudels (tipo de massa em camadas com recheio, geralmente, doce e de origem austríaca). Para suprir a demanda do verão, decidiu apostar nos gelatos - todos feitos de forma artesanal. As vendas ocorrem pelo Instagram @karstgelato.

24/09/2020 | Literatura RS | [literaturars.com.br](http://literaturars.com.br) | Geral

## PUCRS abre inscrições para oficina com Assis Brasil em 2021

<https://literaturars.com.br/2020/09/24/pucrs-abre-inscricoes-para-oficina-com-assis-brasil-em-2021/>

Edição: Vitor Diel sobre texto da assessoria

Arte: Giovani Urío sobre reprodução

A Escola de Humanidades da PUCRS divulga o lançamento do edital para a Oficina de Criação Literária 2021 com o professor e escritor Luiz Antonio de Assis Brasil. Pela primeira vez, a oficina, ocorrerá de forma remota, em ambiente on-line. São 15 vagas disponíveis.

O gênero literário estudado será, como em outros anos, a narrativa de ficção, excluindo-se, dessa forma, a poesia, o drama, a crônica e demais. As inscrições devem ser feitas por e-mail com o envio de um arquivo em PDF contendo: (1) um memorial livre sem limite de número de páginas relatando a experiência do inscrito com a narrativa de ficção, incluindo suas preferências literárias e qual sua expectativa em relação à oficina; (2) um ou mais trabalhos literários de autoria própria de no máximo 15 páginas, inéditos ou já publicados, que possam ser considerados narrativa de ficção, ou trechos de capítulos de romance ou novela; (3) currículo pessoal/profissional/literário com, no máximo, uma página, contendo endereço completo, telefone e e-mail.

### Cronograma

As inscrições devem ser enviadas até 4 de janeiro de 2021 às 17h. Os selecionados serão divulgados na página da Escola de Humanidades da PUCRS no dia 22 de janeiro e as aulas começam no dia 11 de março, ocorrem sempre às quintas-feiras, das 14h às 17h. A oficina tem duração de dois semestres com 15 encontros cada.

A "oficina do Assis", como é popularmente conhecida, foi fundada em 1985, tornando-se, assim, a mais antiga oficina literária brasileira em funcionamento no âmbito acadêmico. A iniciativa deu origem, mais tarde, aos cursos de graduação, mestrado e doutorado em escrita criativa na PUCRS. No ano seguinte ao término da oficina, é publicada uma antologia que reúne os contos elaborados durante o período. Até agosto de 2019, foram publicadas 47 antologias.

Confira o edital completo e saiba mais sobre o histórico da oficina aqui.

### Sobre o professor

Luiz Antonio de Assis Brasil nasceu em Porto Alegre, em 1945. Foi violoncelista na orquestra sinfônica da capital gaúcha e posteriormente tornou-se professor universitário, escritor e, de 2011 a 2014, secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Tem pós-doutorado em Literatura Açoriana pela Universidade dos Açores. É Coordenador-Geral do DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS. Entre suas premiações, estão o Prêmio Machado de Assis da Biblioteca Nacional em 2001 por O Pintor de Retratos; Livro do Ano pela Associação Gaúcha de Escritores em 2004 por A Margem Imóvel do Rio; Portugal Telecom em 2004 pelo mesmo livro, e Finalista do Prêmio Jabuti em 2007 por A Música Perdida. Seus romances Videiras de Cristal, Concerto Campestre, Um Quarto de Léguas em Quarto e Manhã Transfigurada foram adaptados para o cinema. Foi patrono da Feira do Livro de Porto Alegre em 1997.

Apoie Literatura RS

Ao apoiar mensalmente Literatura RS, você tem acesso a recompensas exclusivas e contribui com a cadeia produtiva do livro no Rio Grande do Sul. Apoiar

Compartilhar

Clique para compartilhar no Facebook(abre em nova janela)

Clique para compartilhar no Twitter(abre em nova janela)

Clique para compartilhar no WhatsApp(abre em nova janela)

Clique para compartilhar no Pinterest(abre em nova janela)

Clique para compartilhar no LinkedIn(abre em nova janela)

Clique para compartilhar no Telegram(abre em nova janela)

Clique para imprimir(abre em nova janela)

Clique para enviar por e-mail a um amigo(abre em nova janela)

Curtir isso: Curtir Carregando...

Tags: luiz antonio de assis brasil oficina

24/09/2020 | Migalhas | [migalhas.com.br](http://migalhas.com.br) | Geral

## Prazo de tolerância na incorporação e caso fortuito e força maior

<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-edilicias/333774/prazo-de-tolerancia-na-incorporacao-e-caso-fortuito-e-forca-maior>

Introdução

Após indicativos que teríamos um promissor 2020, após anos de crise econômica, sobretudo, ao mercado imobiliário brasileiro, a pandemia trazida pela Covid-19, deu origem a um novo ciclo de incertezas, dessa vez em nível global.

No intuito de conter a propagação do vírus, medidas restritivas severas foram impostas pelo Poder Público, determinando a suspensão de atividades consideradas "não essenciais" ou mesmo o caso de municípios que decretaram lockdown<sup>1</sup>.

O mercado imobiliário não ficou isento desse cenário. Viu-se canteiros de obra completamente parados, mão de obra escassa, fornecedores impossibilitados de suprir às necessidades dos empreendimentos. Nesse contexto, nesse breve artigo, aborda-se as consequências dessa realidade pandêmica, desde o ponto de vista jurídico. Elegeu-se um tema de relevância às incorporações, que vem a ser a possibilidade de que a obra seja entregue sem a configuração de mora e/ou inadimplemento do incorporador, após o prazo de tolerância, nas hipóteses previstas em contrato, diante da configuração de caso fortuito e força maior ("CFFM").

Prazo de tolerância na incorporação imobiliária

Passa-se a uma aproximação acerca do artigo 43-A da lei 4.591/1964, cujo prazo contemplado no seu caput se popularizou no mercado imobiliário e no Poder Judiciário, antes mesmo da sua positivação, como "prazo de tolerância". Esse dispositivo legal prevê a possibilidade da inclusão de cláusula contratual, nos contratos de incorporação imobiliária, que estabeleça um prazo de tolerância de até 180 dias para entrega da unidade. Nesse caso, se a entrega da unidade ocorrer dentro do referido prazo, o incorporador não incorrerá em mora, nem em hipótese de inadimplemento contratual.

Diferentemente, constituiu-se a hipótese em que findo o prazo de tolerância estipulado, sem que o empreendimento seja concluído. Nesse caso, o adquirente terá a faculdade de: (i) fazer jus a multa moratória de 1% (um por cento) ao mês dos valores pagos, no período que exceder o prazo de tolerância; (ii) buscar a resolução do contrato, sem prejuízo do recebimento da integralidade dos valores desembolsados pela unidade imobiliária e das penalidades estabelecidas; ou (iii) celebrar um distrato pela incorporadora pelos termos acordados pelas partes<sup>2</sup>.

O artigo 43-A da lei 4.591/1964 positivou o entendimento de diversos tribunais estaduais, com destaque ao Tribunal de Justiça do

Estado de São Paulo<sup>3</sup>, assim como ao entendimento que vinha sendo consagrado pelo STJ desde 2017, quando do julgamento do Recurso Especial 1.582.318/RJ<sup>4</sup>. Ao nosso sentir, tanto a fundamentação do STJ na decisão sobre a matéria, quanto a posituação do prazo de tolerância na lei 4.591/1964 foram acertadas. Isso porque a lei não pode ser avessa à realidade, devendo o legislador - e o aplicador do direito - considerar a realidade para bem aplicar a lei.

No caso das incorporações imobiliárias, a complexidade desses empreendimentos - que envolvem a articulação de diversos fatores de produção sujeitos à imprevisibilidade - impossibilita, em parcela considerável dos casos, precisar uma data exata para a entrega das unidades aos adquirentes. Diante dessa realidade e da enxurrada de ações judiciais sobre o tema, a jurisprudência e, posteriormente, o legislador, pacificaram a validade da cláusula de tolerância. Isso não significa que o incorporador não deverá aplicar toda a diligência possível a fim de não exceder o prazo de 180 dias pois, nesse caso, sofrerá as consequências cabíveis na hipótese de verificação do descumprimento contratual e legal.

Assim resta claro que a cláusula de tolerância foi necessária em razão da considerável complexidade e imprevisibilidade envolvida na viabilização das incorporações imobiliárias em território nacional. Aqui, chama-se a atenção a sujeição dos empreendimentos à liberação da carta de habitação por Prefeituras de Municípios que não estão aparelhadas para dar o retorno dentro de um prazo razoável.

De outro lado, uma vez entendida a necessidade da existência do prazo de tolerância no âmbito das incorporações imobiliárias, surge o debate em relação a quais seriam os efeitos caso ultrapassado esse prazo. Isto é, mesmo com a aplicação do prazo de tolerância de até 180 dias, poderia haver uma flexibilização, diante do caso concreto, de sorte que o incorporador não incorre em mora e/ou inadimplemento por entrega da obra após ultrapassado o prazo de tolerância? A celeuma foi intensificada em decorrência dos céleres e inesperados efeitos trazidos pela Covid-19, que acarretaram, em muitas localidades, a paralisação e/ou suspensão dos fatores de produção.

#### Caso fortuito e força maior em tempos de pandemia

É notório que o coronavírus impactou diretamente as relações contratuais, notadamente aquelas acordadas antes da pandemia. Nesse cenário, passou-se a discutir os efeitos jurídicos decorrentes nos contratos, invocando-se, com uma frequência jamais vista, os institutos do caso fortuito e da força maior. Dessa forma, antes que passemos à análise da possibilidade da extensão do prazo de tolerância em tempos de Covid-19, é necessário o entendimento do artigo 393 do Código Civil.

Enquanto o caput do artigo 393 do Código Civil delimita os efeitos do caso fortuito e força maior - isenção de responsabilidade do devedor pelos prejuízos dele resultantes (quebra do nexo de causalidade) - seu parágrafo único caracteriza sua ocorrência, afirmando que "o caso fortuito e de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir". Denota-se que caso fortuito ou de força maior, são configurados por evento inevitável (necessário), cujos efeitos são irresistíveis ao devedor quando da sua ocorrência (não era possível evitar ou impedir).

Ademais, o devedor que invoca a ocorrência de caso fortuito ou força maior CFFM só se exime de responsabilidade caso não tenha contribuído para o resultado danoso. Ou seja, o fortuito insere-se no âmbito dos eventos que exorbitam os deveres gerais de diligência que o devedor está adstrito. A aplicação do instituto começa, portanto, onde a diligência se torna inútil para evitar o resultado.

Nesse contexto a pergunta que se faz é: os efeitos trazidos pela Covid-19 configuram hipótese de excludente de responsabilidade do devedor em razão do caso fortuito ou força maior? A resposta é "depende".

Conforme antes exposto, CFFM restam configurados<sup>5</sup> quando a obrigação for impactada por um evento imprevisível e que torne impossível seu cumprimento pelo devedor. Contudo, não se pode ceder à tentação simplista e descolada da boa técnica jurídica de afirmar que o coronavírus repercutiu de maneira idêntica em todos os contratos. Nem acontecimentos gravíssimos, como uma pandemia, causam impactos nos contratos de forma idêntica aos negócios jurídicos, dependendo, sim, a sua caracterização<sup>6</sup>, da análise de causa e efeito da pandemia no negócio jurídico objeto de análise, bem como da impossibilidade do devedor de evitar tais consequências. Assim, compete à parte prejudicada a demonstração de que a obrigação foi, efetivamente, impossibilitada em razão da pandemia.

Em suma, para que o incorporador possa ter êxito ao invocar a excludente resultante da configuração de caso fortuito ou de força maior, prevista pelo artigo 393 do Código Civil, ele deverá demonstrar, com base em fatos concretos, que os efeitos da pandemia geraram consequências que o impediram de realizar a prestação em conformidade com aquilo que foi estabelecido. Como antes mencionado, a prestação devidamente cumprida pelo incorporador em face do adquirente reveste-se na conclusão do empreendimento dentro do prazo de tolerância estipulado pelas partes. Assim, percebe-se a importância da mensuração do elemento culpa do incorporador<sup>7</sup>, no sucesso ou insucesso na sua eventual pretensão de invocar a excludente em razão de CFFM.

Interpretação do prazo de tolerância à luz do Código Civil - o necessário diálogo entre o artigo 43-A da lei 4.591/1964 e o artigo 393 do Código Civil

Assentadas as bases que tocam ao presente estudo, quais sejam, o prazo de tolerância previsto na lei 4.591/1964 e o caso fortuito e a força maior, disciplinados pelo Código Civil, passamos ao questionamento que nos guiou até aqui: pode o prazo de 180 dias previsto no artigo 43-A da lei 4.591/1964 ser estendido em razão de consequências oriundas da pandemia?

Ao nosso sentir, o prazo de tolerância considera uma "imprevisibilidade genérica". Não estão abarcados pela referida disposição, portanto, todos os eventos que possam atrasar o cronograma de obra, incluindo-se as hipóteses que podem ser trazidas em razão da configuração do caso fortuito e força maior.

Com isso em mente, temos que não há qualquer conflito entre o artigo 43-A da lei 4.591/1964 e o artigo 393 do Código Civil. Isso é, o prazo de tolerância e a excludente de responsabilidade trazida pelas hipóteses de caso fortuito e força maior coexistem em harmonia, sendo ambos institutos aplicáveis em diferentes contextos. Por essa razão, não podemos excluir a possibilidade de o incorporador que, comprovadamente, tiver o seu cronograma impactado pelos efeitos da pandemia, buscar a exclusão da sua responsabilidade em decorrência de fortuito que impediu a entrega das unidades aos adquirentes no prazo pactuado, por não incorrer o incorporador em mora<sup>8</sup>. Inclusive, essa é a dicção do artigo 396 do Código Civil, dispondo este que "[n]ão havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora".

Ressalta-se que a eventual postergação na entrega da obra, invariavelmente, tem o condão de prejudicar de forma igual, ou mesmo maior, o incorporador, que se vê cerceado de receber grande parte da parcela do preço, que costuma ocorrer após a expedição do habite-se, por meio de financiamento imobiliário aos adquirentes.

Pode-se arguir que, em determinados estados da federação, obras de construção civil foram apenas paralisadas por um certo período, eis que logo em seguida à paralisação generalizada das atividades, a construção civil foi incluída em muitos locais no rol das chamadas atividades "essenciais". Contudo, para a incidência dos institutos do caso fortuito e da força maior, o prazo de paralisação é apenas mais um elemento a se verificar. Isso porque o atraso na obra pode ser ocasionado por diversas razões além da expressa determinação de paralisação das obras pelo Poder Público, como a falta de mão de obra ou de escassez de materiais de construção no mercado.

De outro lado, a arguição genérica de CMFM não exige a responsabilidade daquele incorporador inadimplente em razão de atrasos a ele imputáveis. Assim, passa-se à análise da conduta exigida do incorporador à comprovação de CMFM.

Incorporação imobiliária e caso fortuito e força maior - conduta exigida do incorporador

É importante reconhecer que a possibilidade de o incorporador invocar a hipótese de CFFM não significa acobertar a sua inércia. Mesmo diante de um fato dito irresistível, exige-se uma conduta ativa do agente, decorrente dos deveres anexos à boa-fé objetiva, consagrada no artigo 422 do Código Civil.

O fato de o cronograma de obra ter sido prejudicado em razão dos efeitos de uma pandemia não afasta o legítimo interesse do adquirente de ser informado do status da obra. Dessa forma, resta claro que o incorporador tem o dever de manter os adquirentes atualizados sobre o estado do empreendimento e de possíveis intempéries com a maior antecedência possível.

Frisa-se que a configuração de CFFM é, realmente, a exceção à regra. Ademais, o Poder Judiciário poderá aplicar a exceção de forma modulada, trazendo uma solução que não onere em demasia uma parte, ainda que tal excludente seja o instituto para se buscar o equilíbrio contratual por si só<sup>9</sup>. Como exemplo, pode-se ventilar o pagamento de um aluguel mensal pelo incorporador ao

adquirente, em caso de superação do prazo de tolerância, em valor entre 0,5% a 0,35% ao mês, em vez do percentual de 1% ao mês, previsto pelo artigo 43-A, § 1º da lei 4.591/1964. A análise do elemento culpa do incorporador será crucial para essa quantificação.

Tendo em vista que a prova quanto à ocorrência de CFFM dependerá do incorporador em eventual judicialização posterior, é aconselhável que todos os eventos que atrasem o cronograma de entrega sejam devidamente documentados. Apenas para citar alguns exemplos, o incorporador deverá: (i) registrar no relatório diário de obra, os atrasos, faltas e número de empregados disponíveis no canteiro de obra; (ii) reunir todos os decretos e outras regulações que impeçam ou suspendam atividades no canteiro de obras ou que impactem no fornecimento de matéria-prima; (iii) reunir e-mails e outras comunicações aos adquirentes em relação a anormalidades e eventuais atrasos como resultado direto dos efeitos da pandemia; (iv) fazer prova das paralisações dos órgãos públicos em relação à emissão da carta de habite-se como resultado direto da pandemia; e (v) fazer prova da conduta proativa para dirimir os efeitos do retardamento da obra, na medida do possível e da razoabilidade, entre várias outras comprovações.

Ditas precauções serão o passaporte não apenas para eventualmente isentar a responsabilidade do incorporador efetivamente impactado pela pandemia, mas para afastar a conduta oportunista daqueles que tentam se esquivar dos efeitos da mora ou mesmo do seu inadimplemento sem um respaldo jurídico.

## Conclusão

A seguir, indicamos aquelas conclusões que, ao nosso entender, melhor refletem as corretas soluções ao tema ora tratado:

- (i) Os reflexos da pandemia, como regra geral, não isentam a responsabilidade do incorporador pela postergação da obra, após o prazo de tolerância pactuado;
- (ii) É recomendável ao incorporador para que possa comprovar a configuração da excludente de CFFM, que adequados meios probatórios, da ocorrência de eventos que tenham causado interferência na execução e bom termo da obra. O incorporador deverá manter os adquirentes informados, minimizando as consequências para eles, bem como deverá atuar com condutas positivas para dirimir interferências no curso da obra e evitar o atraso<sup>10</sup>; e
- (iii) O incorporador, dependendo das circunstâncias, poderá isentar-se dos efeitos da mora e/ou do inadimplemento na entrega da obra, mesmo após transcorrido o prazo de tolerância previsto no artigo 43-A, caput da lei 4.591/1964.

\*Fabio Machado Baldissera é advogado e sócio do escritório Souto Correa Advogados. Doutor em Direito pela Universidad de Burgos (Espanha) e especialista em Direito Imobiliário pela FADISP. Diretor Estadual do Ibradim-RS, membro do Conselho Consultivo da Associação Gaúcha do Advogados do Direito Empresarial (AGADIE).

\*\*André Abelha é advogado especialista em Direito Imobiliário. Mestre em Direito Civil pela UERJ. Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário - IBRADIM. Membro da Comissão de Direito Imobiliário da OAB/RJ. Professor dos cursos de pós-graduação em Direito Imobiliário e Direito Civil da PUC-Rio, da UERJ, da Universidade Cândido Mendes, da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), da Escola Superior de Advocacia Pública da PGE/RJ e do Centro de Capacitação Imobiliária da SECOVI-RJ. Painelista em diversos congressos e seminários em Direito Imobiliário. Membro do Conselho Técnico da Federação Internacional Imobiliária - Regional Rio de Janeiro. Autor do livro "Abuso do Direito no Condomínio Edifício". Coautor dos livros "Direito Imobiliário" e "Temas Atuais em Direito Imobiliário".

\*\*\*Bernardo Borchardt é graduando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

---

1 Esse foi o caso da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo decreto municipal 6.300/2020 foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade interposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Vide aqui. Acesso em 17 de set. de 2020.

2 Sobre os limites do distratos, vide: BALDISSERA. Fábio Machado; BORCHARDT. Bernardo. Incorporação imobiliária: alcance do Distrato nos termos do § 13º do artigo 67-A da lei 4.591/1964. In: Lei dos Distratos: lei 13.786/2018, Coletânea IBRADIM, Coord. Olivar Vilate, (São Paulo: Quartier Latam, p. 143 - 150).

3 Nesse sentido: TJSP, Apelação 0275522-40.2009.8.26.00, 2ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Álvaro Passos, j. 07/10/2014; TJSP, Apelação 0159707-78.2012.8.26.0100, 2ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des José Carlos Ferreira Alves, j. 16/09/2014; TJSP, Apelação 1054148-81.2013.8.26.0100, 9ª Câmara de Direito Privado. Rel. Des. Mauro Conti Machado, j. 14/04/2015.

4 STJ, REsp 1.582.318/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 12/09/2017, DJe 21/9/2017.

5 Segundo Jorge Cesa Ferreira da Silva: "Com alguma frequência, constata-se na prática uma certa confusão entre CF/FM e 'fato necessário', como se qualquer fato necessário, alheio à vontade das partes e, sobretudo, do devedor, gerasse a liberação deste. Essa confusão é identificada em questões postas tais como: seria a pandemia de Covid-19 'um evento' de CF/FM? A resposta inafastável só pode ser uma: depende. De um lado, depende da análise dos efeitos do fato, como se verá a seguir. De outro, depende da causação do evento. Neste âmbito, há conexão com a culpa". FERREIRA DA SILVA. Jorge Cesa. Caso fortuito e força maior: o papel da culpa para a sua caracterização. Disponível aqui. Acesso em 15 ago. 2020.

6 SCHREIBER, Anderson. Devagar com o andor: coronavírus e contratos: Importância da boa-fé e do dever de renegociar antes de cogitar de qualquer medida terminativa ou revisional. Disponível aqui. Acesso em 09 mai. 2020.

7 Vide: FERREIRA DA SILVA. Jorge Cesa. Caso fortuito e força maior: o papel da culpa para a sua caracterização. Disponível aqui. Acesso em 15 ago. 2020.

8 Em sentido análogo: "(...) suponhamos que um incorporador, em um específico empreendimento, tenha comprovado que a Covid-19 impactou aquela obra por 90 dias, e por conta disso, o imóvel somente ficou disponível para entrega 40 dias depois de vencido o prazo de tolerância. Leia-se: o termo pactuado se venceu, e não há mora do incorporador". ABELHA, André. Quatro impactos da covid-19 sobre os contratos, seus fundamentos e outras figuras: precisamos, urgentemente, enxergar a floresta. Disponível aqui. Acessado em 17 de setembro de 2020.

9 Nesse sentido: "Ordem é o começo de tudo. Saber que o sistema jurídico não elegeu o caso fortuito como gatilho para o reequilíbrio de um contrato é o primeiro passo para estudar e discutir questões mais profundas". ABELHA, André. Quatro impactos da covid-19 sobre os contratos, seus fundamentos e outras figuras: precisamos, urgentemente, enxergar a floresta. Disponível aqui. Acessado em 16 ago. 2020.

10 Nesse mesmo sentido: "Em qualquer circunstância, as medidas adotadas pelo devedor serão relevantíssimas para a aplicação da excludente. É o caso concreto que definirá tanto essa aplicação quanto os seus efeitos". FERREIRA DA SILVA. Jorge Cesa. Caso fortuito e força maior: as questões em torno dos conceitos. Ocorrência de caso fortuito e força maior como hipótese de isenção, mitigação e da execução de certos deveres. Acesso em 16 ago. 2020.

24/09/2020 | Migalhas | [migalhas.com.br](http://migalhas.com.br) | Geral

## Condenados criminalmente têm direito ao esquecimento? - Breve análise da recente casuística internacional

<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/333770/condenados-criminalmente-tem-direito-ao-esquecimento---breve-analise-da-recente-casuistica-internacional>

Caso relatado por Mayer-Schönberger ilustra perfeitamente toda a angústia humana por detrás do tema do direito ao esquecimento. Ele comenta que estava respondendo perguntas feitas por ouvintes de uma rádio, quando entrou a seguinte ligação de uma mulher:

"Quando ainda uma adolescente, disse ela, havia infringido a lei, fora presa, condenada, passando um tempo na prisão. Ela admitiu ter cometido um terrível erro. Mas uma vez libertada, mudou-se para uma cidade diferente e colocou sua vida em ordem. Apaixonou-se, teve filhos, encontrou um trabalho, formou um lar. Deus a ajudou, ela disse, dando-lhe força e fé. E a sociedade também a ajudou, ao lhe propiciar essa segunda chance. Então, um dia, um dos coleguinhas de seus filhos, fez uma pesquisa sobre ela na internet e encontrou uma página com fotos de identificação policial de ex-condenados (mug shots), incluindo a dela. A notícia

espalhou-se rapidamente na pequena comunidade onde ela vivia, e sua preciosa nova vida desintegrou-se na frente de seus olhos. Pais não mais permitiram que seus filhos brincassem com os dela; amigos e conhecidos passaram a evitá-la. Subitamente, após ser um bem-quisto membro da comunidade durante quase uma década, ela era a ex-condenada<sup>1</sup>. (tradução nossa)

Casos como esse nos recordam Rodotà, ao dizer que "ao lado de um interesse público que aponta no sentido de que fatos passados sejam lembrados, promovendo uma sociedade mais transparente, há o direito de não ser perseguido ao longo de toda a vida por acontecimento pretérito"<sup>2</sup>.

A questão, porém, não é simples. Teme-se que muitos aproveitem tal direito para eliminar fatos incômodos, mas verdadeiros, do seu passado, já que "é humano pensar na vida como um filme a ser editado, no qual o protagonista seria sempre o herói, e o desfecho sempre feliz"<sup>3</sup>.

O presente artigo limitar-se-á a expor recentes decisões de tribunais superiores europeus envolvendo direito ao esquecimento invocado por pessoas que foram condenadas criminalmente, quando, transcorrido certo tempo, tal informação continua a ser facilmente acessível na internet.

Fora do contexto da internet, o Tribunal Constitucional Federal alemão abordara o tema nos casos Lebach I e Lebach II. No primeiro caso (1973), afirmou que "a proteção constitucional da personalidade não admite que a televisão se ocupe com a pessoa do criminoso e sua vida privada por tempo ilimitado e além da notícia atual, (...) especialmente se ameaçar sua reintegração à sociedade". Já no segundo (1999), a Corte orientou-se em sentido contrário, em razão das novas circunstâncias fáticas, como o fato de que o novo documentário omitira as imagens e a identificação dos envolvidos, focando mais no fato histórico em si. Afirmou o TCF que "o cumprimento das penas não conduz ao fato de que o autor de um delito tenha um direito de ser 'deixado a sós' com o crime"<sup>4</sup>.

Esses casos continuam tendo sua importância por claramente indicarem que o direito ao esquecimento envolve o império do fato. É quase impossível uma tomada de posição apriorística, diante da relevância de ambos os direitos conflitantes. A atenção aos detalhes do caso concreto é que fará inclinar o fiel da balança na direção do direito que deverá prevalecer.

Mas, ao contrário dos casos Lebach, que tiveram na sua origem um crime de grande repercussão, o fenômeno da internet fez com que todos os milhões de processados e condenados criminalmente no mundo inteiro pudessem ter seus passados permanentemente escrutinados por qualquer pessoa, mediante simples pesquisa nominal. Essa mudança fez com que cada vez mais os tribunais venham sendo acionados por pessoas comuns, que cometeram delitos singelos, pelos quais já responderam, mas que continuam assombradas por um passado que se converteu em eterno presente. É verdade que ninguém tem o direito de apagar suas falhas passadas, mas é igualmente verdade que ninguém deve ficar eternamente pagando por condutas antigas que já não mais o representam.

Esses casos têm chegado às instâncias superiores de todos os países. Aqui farei breves referências a recentes decisões oriundas do espaço europeu.

O Tribunal de Justiça da União Europeia analisou o tema do direito ao esquecimento em relação a notícias de processos criminais extintos em importante julgamento realizado em 24/09/2019 (processo C-136/17 - disponível aqui). Nessa ocasião, reconheceu o tribunal que a atividade de um motor de busca é decisiva "na difusão global dos referidos dados, na medida em que os torna acessíveis a qualquer internauta que efetue uma pesquisa a partir do nome da pessoa em causa", que, de outra forma, não teria localizado a informação. Especificamente sobre o tema em pauta, afirmou o tribunal que mesmo um tratamento de dados inicialmente lícito, pode-se tornar, com o tempo, incompatível com a proteção de dados, "quando esses já não sejam necessários às finalidades para que foram recolhidos". Na sequência, lembrou a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que sustenta que a disponibilização na rede de antigas reportagens relativas a processos penais deve ser analisada à luz de um justo equilíbrio entre direitos conflitante, pois "o público tem um interesse não apenas em ser informado sobre uma questão de atualidade mas também em poder fazer pesquisas sobre acontecimentos passados, sendo contudo variável o interesse do público sobre os processos penais e podendo esse interesse evoluir ao longo do tempo". Dentre as circunstâncias a serem ponderadas, incluem-se "a natureza e a gravidade da infração em questão, o desenrolar e o resultado final do processo, o tempo decorrido, o papel desempenhado por essa pessoa na vida pública e o seu comportamento no passado, o interesse do público no momento em que o pedido é apresentado, o conteúdo e a forma da publicação, bem como as repercussões desta para a referida pessoa". Ainda que não

seja o caso de se proceder à desindexação, o operador está obrigado a "organizar a lista de resultados de tal forma que a imagem global que dela resulta para o internauta reflita a situação judicial atual, o que obriga nomeadamente a que hiperligações para páginas web que contenham informações a este respeito surjam em primeiro lugar nesta lista".

Esse acórdão vem exercendo grande influência na França, tanto na justiça ordinária quanto na justiça administrativa.

Em 27/11/2019, a Corte de Cassação francesa (Arrêt n°990), cassou um acórdão da Cour d'Appel de Paris, que havia negado um pedido de desindexação formulado por alguém que fora condenado por estelionato em 2011. A notícia da condenação, bem como de sua confirmação em segundo grau, fora publicada pelo jornal local, e se encontram arquivadas no seu site. Em 2017, quem pesquisasse o nome deste cidadão no Google seria automaticamente enviado a essas duas notícias. O interessado, então, pediu ao Google que efetuasse a desindexação de seu nome de tais arquivos. Em razão da negativa do Google, ele acionou, sem sucesso, a justiça comum.

Fazendo expressa referência aos critérios fixados no citado acórdão do TJUE, disse a Corte de Cassação que devia ser analisado especificamente "se a inclusão daquelas páginas na lista dos resultados obtidos a partir de uma pesquisa pelo nome de M.X. realmente atendia a um importante motivo de interesse público, tal como o direito à informação da sociedade". No caso em tela, recriminou-se a decisão de segundo grau por ter feito menção apenas ao droit à l'information des internautes, sem efetivamente debruçar-se sobre possíveis formas de proteção dos dados pessoais de M.X.

Em 6/12/19 foi a vez do Conseil d'État julgar treze demandas envolvendo direito à desindexação na internet, relativo a dados de natureza criminal. O tribunal aproveitou a oportunidade para formular critérios disciplinadores do direito ao esquecimento no âmbito da justiça administrativa francesa. Foram estabelecidas três categorias distintas de dados: dados sensíveis (concernentes à saúde, vida sexual, opiniões políticas, convicções religiosas, etc); dados criminais (relativos a um procedimento judiciário ou a uma condenação penal); dados relativos à vida privada, mas não sensíveis. A proteção conferida às duas primeiras categorias é mais elevada: não se pode negar a desindexação do nome de alguém a páginas da web que contêm tal tipo de informações, salvo se se tratar de informação strictement nécessaire ao público em geral. Para a terceira categoria, basta que haja um interesse preponderante da sociedade ao acesso à informação. Além disso, também devem ser levados em conta o papel social do demandante (sua notoriedade, suas funções públicas ou na sociedade) e as condições sob as quais os dados se tornaram acessíveis (como, por exemplo, se o próprio interessado tornou pública tais informações).

Um dia depois desta decisão, foi a vez do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha também abordar o tema. Tratava-se de pedido de desindexação do nome de um ex-condenado criminalmente - fato ocorrido trinta anos antes. O resumo que se faz a seguir baseia-se na síntese feita por Ingo Sarlet<sup>5</sup>. A ação fora movida contra o periódico Der Spiegel, que em 1982 e 1983 publicara três reportagens sobre a condenação de um cidadão alemão à pena de prisão perpétua, por ter assassinado duas pessoas. Os arquivos digitalizados dessas reportagens estavam acessíveis na rede. O cidadão interessado ajuizou, sem sucesso, demanda na justiça ordinária, buscando impedir o acesso. Na última instância, o BGH afirmou que "a opinião pública tem um interesse legítimo em se informar sobre fatos historicamente relevantes". Desta decisão o interessado interpôs uma reclamação constitucional ao TCF, que acolheu o pedido e procurou fornecer critérios para uma adequada ponderação dos relevantes interesses em conflito. Sinalizou a Corte que "as circunstâncias temporais são relevantes e devem ser consideradas". Assim, tratando-se de informações sobre fatos criminosos atuais, o interesse público prepondera sobre o individual. A passagem do tempo, porém, altera esse equilíbrio, pois erros não devem ficar permanentemente sujeitos ao escrutínio público, a fim de se permitir um recomeço, sem que isso implique que alguém possa, discricionariamente, definir quais informações podem ser desindexadas na internet. Especificou o TCF que "o significado concreto do transcurso do tempo depende do conteúdo e impacto das notícias sobre a vida privada e o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas afetadas, o que, por sua vez, guarda relação com ... sua priorização nos mecanismos de busca." Afirmou-se que a decisão do BGH "não levou suficientemente a sério o seu dever de proteção do direito geral de personalidade do reclamante". Segundo o TCF, a justiça ordinária deveria ter considerado a possibilidade de se adotar alguma medida protetiva, ainda que sem afastar o acesso ao conteúdo dos arquivos eletrônicos.

Em 27/7/2020, o BGH voltou ao tema (VI ZR 405/18). Tratava-se de pedido de exclusão de link a uma matéria que fazia referência nominal a um empresário, vinculando-o a suposta fraude. Interpretando o art. 17 do Regulamento Europeu de Proteção de Dados, afirmou-se inexistir nenhuma presunção de prioridade do direito individual, pois os direitos fundamentais contrapostos (do motor de pesquisa, dos usuários, do público em geral e do provedor de conteúdo do link atingido) deveriam ser colocados em plano de paridade no juízo de ponderação.

Como se vê, a matéria continuará polêmica durante bom tempo. O único consenso no contexto aqui tratado passa pelo reconhecimento da importância dos detalhes fáticos do caso concreto. Enfim, em alguns casos, mas nem sempre, até condenados no mundo real podem merecer absolvição no universo digital.

\*Eugênio Facchini Neto é doutor em Direito Comparado (Florença); mestre em Direito Civil pela USP; professor Titular do PPGD da PUC/RS; professor e ex-diretor da Escola Superior da Magistratura/Ajuris; desembargador do TJ/RS.

---

1 MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. Delete: the virtue of forgetting in the Digital Age. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 201.

2 RODOTÀ, Stefano. A Vida na Sociedade da Vigilância: a privacidade hoje. Trad. Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

3 BINENBOJM, Gustavo. Direito ao esquecimento: a censura no retrovisor. Jota. 16/10/2014. Disponível aqui. Acesso em 23/6/2020.

4 Uma boa síntese desses casos se encontra em SARLET, Ingo W.; FERREIRA NETO, Arthur M. O direito ao "esquecimento" na sociedade da informação. Porto Alegre: Liv. do Adv., 2019, p. 108/111.

5 SARLET, Ingo W. Direito ao esquecimento e a nova decisão do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha. CONJUR, 7 de dezembro de 2019.

---

Esta coluna é exclusivamente produzida pelos associados do IBERC (Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil). @iberc.brasil

24/09/2020 | NeoFeed | [neofeed.com.br](http://neofeed.com.br) | Geral

## A inteligência artificial não funciona como se fosse a varinha de Harry Potter

<https://neofeed.com.br/blog/home/a-inteligencia-artificial-nao-funciona-como-se-fosse-a-varinha-de-harry-potter/>

Uma das mais conhecidas representações gráficas dos estágios do ciclo de vida de uma tecnologia é o Hype Cycle, criado pelo Gartner, nos anos 1990. É hoje quase uma instituição usada pelos executivos de TI nas suas discussões e apresentações para o público.

Entretanto, o ciclo não tem embasamento científico e não há dados ou análises que justifiquem a inserção de determinada tecnologia em uma fase desse ciclo. É mais uma constatação, com fases definidas em termos subjetivos, como desilusão e expectativas, que não podem ser descritos de forma objetiva onde determinada tecnologia realmente está em um determinado momento.

Na verdade, a curva é desenhada explorando duas outras curvas conhecidas: a curva em sino, a primeira parte, que é emocional, onde a tecnologia é superestimada (um entusiasmo excessivo) e depois, despenca, quando a realidade se faz presente e acontece um desapontamento também exacerbado. E, a segunda parte, uma curva em “s”, que mais ou menos descreve a adoção real de uma tecnologia no tempo, que geralmente acontece de forma gradual.

Além disso, os termos são enganosos no sentido de que podem levar a uma ideia errada de quando usar uma tecnologia: o usuário deveria ficar longe da tecnologia no Vale da Desilusão? Ou deverá seguir o “efeito manada” e adotar a tecnologia quando há otimismo exagerado? Ou aguardar a maturidade dela e adotá-la quando o mercado já a utiliza de forma ampla?

É, claro, uma decisão afeita unicamente à cada empresa. E essa decisão não pode e nem deve ser tomada apenas com base em um gráfico simples assim. Além disso, nenhuma perspectiva de ação é oferecida para fazer com que a tecnologia avance para a próxima fase.

Uma análise dos ciclos de hype do Gartner desde 2000 mostra que poucas tecnologias realmente viajam pelas fases propostas e que, na prática, a maioria das tecnologias importantes adotadas desde 2000 não foram identificadas no início de seus ciclos de adoção. Há um artigo de 2016, “8 Lessons from 20 Years of Hype Cycles”, que aborda esse assunto de forma bem instigante.

O artigo mostra o Hype Cycle de 1995 e vemos que muito pouca coisa realmente seguiu o caminho proposto pelas fases do ciclo.

Bem, e que isso tem a ver com inteligência artificial (IA)? Também sem base científica, apenas olhando os gráficos de hype cycle como auxílio visual e minha própria percepção sobre o mercado, observo que estamos na fase do otimismo exagerado. Toda e qualquer startup se diz usando IA. Eventos e mais eventos abordam IA no setor x ou y, ou é “IA para executivos”.

A IA se tornou o termo da moda e como ainda existe pouco conhecimento do que é e o que não é IA, muita coisa que não tem nada a ver com IA é rotulado de IA. Aliás, volta e meia me deparo com frases do tipo “IA vai resolver isso”. Como se IA fosse a varinha mágica de Harry Potter. A IA está na fase das expectativas exageradas.

Mas essa fase emocional de otimismo exagerado será desmanchada quando a realidade aparecer. Colocar um sistema de IA baseado em ML-as-a-service como os oferecidos pelas grandes empresas de tecnologia é relativamente fácil, mas colocar os sistemas de IA em produção não o é.

Além dos desafios naturais de treinamento dos algoritmos, como dispor de base de dados adequada em volume e variedade suficientes para evitar distorções, existem desafios próprios dos sistemas de Machine Learning (ML). Por exemplo, em sistemas de software tradicionais, os desenvolvedores escrevem o código que interage com os dados para produzir o resultado desejado.

Os testes de software ajudam a garantir que a lógica escrita no código esteja alinhada com o comportamento real esperado. No entanto, em sistemas de ML, os desenvolvedores fornecem o comportamento desejado como exemplos durante o treinamento e o processo de otimização do modelo produz a lógica do sistema.

Como podemos garantir que essa lógica aprendida produzirá de forma consistente o comportamento desejado? Pois é, os sistemas de ML são, portanto, mais complicados de testar pelo fato de que não estamos escrevendo explicitamente a lógica do sistema. Este artigo, “Effective testing for machine learning systems”, é bem interessante e nos dá algumas dicas legais de como testar modelos de ML.

Além disso, sistemas de IA também falham. Mas existem diferenças entre IA e um sistema de software tradicional. No software tradicional, como folha de pagamento, por ser determinístico, se o salário de um funcionário sair errado, é fácil identificar. Em um sistema de IA, por ser probabilístico, é muito mais difícil.

Em estatística “todos os modelos estão errados, mas alguns são úteis”, o que nos leva a pensar de forma diferente na questão da identificação de falhas. Nenhum sistema de IA consegue ser 100% correto, pois joga com probabilidade.

Um sistema de IA degrada assim que entra em produção, pois o contexto onde ele atua provavelmente já será diferente do contexto de onde ele foi treinado

Um sistema de IA degrada assim que entra em produção, pois o contexto onde ele atua provavelmente já será diferente do contexto de onde ele foi treinado. O planejamento para atuar na identificação e correção de falhas é uma etapa que deve ser incluída no planejamento do projeto de IA. É inevitável e esperado. Faz parte do jogo. Vale a pena ler o artigo “What to Do When AI Fails” para alguns cuidados que toda empresa envolvida com IA deveria tomar.

Mas, além disso, algumas limitações dos modelos de ML, como serem “black boxes” e muitas vezes embutirem vieses ocultos e não intencionais vão gerar desconforto e decepção em muitos sistemas de IA, quando eles entrarem em produção. Já escrevi sobre isso aqui no NeoFeed.

Toda tecnologia transformadora, como a IA, tende a ser superestimada no curto prazo e subestimada no médio e longo prazo. A IA vai provocar muitas decepções no curto prazo, exatamente pelas limitações e escassez de talentos que consigam resolver de forma adequadas essas limitações. Entretanto, já vemos muitas ações endereçando estas questões.

O AI Now Institute é uma das organizações que visam a aprimorar o uso responsável de IA pelas empresas e governos. As BigTechs, que hoje concentram grande parte da expertise em IA no mundo, também começam a dedicar mais atenção ao uso ético da IA. Como recentemente, Tracy Frey, um dos estrategistas de IA do Google, disse: ““O mundo da tecnologia está mudando para dizer não ‘vou construir só porque posso’, mas devo?” e o Google já atua de forma mais direta nesse sentido. O artigo “Google Offers to Help Others With the Tricky Ethics of AI” sinaliza essas novas posturas das BigTechs.

Mas o que isso tem a ver com o Hype Cycle? Como estamos na fase do entusiasmo desenfreado e IA é visto como hype, pelo menos para a maioria das empresas e startups, pouca atenção é dada às questões que vão pegar logo ali na frente:

- testar adequadamente os sistemas de IA, minimizando vieses e falhas;
- colocar em produção, minimizando fenômenos como “deriva” e “cauda longa”;
- evoluir os algoritmos com novos dados e versões;
- adequar à regulações e critérios de desenvolvimento responsável e ético.

Isso implica que muita coisa que está sendo feita no atropelo vai gerar insatisfação e até mesmo decepção. Pelo Hype Cycle do Gartner, seria a descida para o vale da desilusão.

A IA não é tão simplista assim, e isso vai fazer com que as empresas tenham que investir budget e contratar talentos realmente preparados. Pasmem, já ouvi executivos de uma grande empresa dizerem que IA é importante, mas tinham limitação de apenas 10 mil reais de budget para colocar um sistema de IA de pé!

Provavelmente muitas empresas terão que refazer o caminho que fizeram até agora com IA, mas, seguindo outra trilha. A trilha é mais longa e sinuosa que parecia no início. IA é importantíssimo para as empresas e vai mudar e moldar a sociedade, como a eletricidade e os motores a combustão criaram e moldaram a atual sociedade que conhecemos.

Mas não será com hype que isso vai acontecer. Portanto, em vez de seguir o “feito manada” entrando em IA por que é “cool”, que tal começar com uma estratégia de negócios que embuta IA em produtos e serviços, que contrate talentos internos e externos adequados e reserve budget suficiente? Sair do hype e cair na real!

\*Cezar Taurion é VP de Inovação da CiaTécnica Consulting, e Partner/Head de Digital Transformation da Kick Corporate Ventures. Membro do conselho de inovação de diversas empresas e mentor e investidor em startups de IA. É autor de nove livros que abordam assuntos como Transformação Digital, Inovação, Big Data e Tecnologias Emergentes. Professor convidado da Fundação Dom Cabral, PUC-RJ e PUC-RS.

24/09/2020 | O Dia | [odia.ig.com.br](http://odia.ig.com.br) | Geral

## Zoo do Rio dá adeus à elefanta Carla

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/09/5994849-zoo-do-rio-da-adeus-a-elfanta-carla.html>

*Animal chegou à unidade em 2011 e tinha entre 50 e 60 anos, idade avançada para espécie*

O Jardim Zoológico do Rio, que agora é chamado de BioParque Rio, sofreu ontem com a perda de uma antiga e importante moradora, a elefanta-asiática Carla, trazida para a unidade em 2011. A morte foi anunciada pelo Grupo Cataratas, que desde 2016 administra o local. Segundo a nota, o animal tinha entre 50 e 60 anos, idade avançada para a espécie e recebia acompanhamento especializado há meses. A causa da morte será investigada por junta médica, ainda sem prazo para a entrega do laudo.

Para Reynaldo Velloso, da Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB-RJ, zoológico é sinônimo de sofrimento e o modelo deve ser repensado. "É um sofrimento muito grande tirar os animais de seu habitat natural para continuarem presos. A discussão de zoológico tem que ser feita com muito cuidado, porque o que vamos fazer com os animais que estão lá?", destacou. No caso do Jardim Zoológico, ele disse que o local pretende adotar o enclausuramento invertido. Ou seja, mais espaço para os animais e menos para as pessoas, e não incluir mais animais para que, um dia, a unidade acabe.

O Grupo Cataratas informou que "o novo projeto do zoológico será um marco, tanto para a cidade, quanto para a conservação integrada da fauna brasileira, pois reunirá especialistas das principais universidades, como UFRJ, PUC-RS, UFRRJ, USP e de instituições como ONU Meio Ambiente, WWF, SOS Mata Atlântica, ICMBio, Inea e outros".

24/09/2020 | OAB/RS | [oabrs.org.br](http://oabrs.org.br) | Geral

## **CEDC celebra os 30 anos do CDC e debate os desafios da legislação**

<https://www.oabrs.org.br/noticias/cedc-celebra-os-30-anos-cdc-e-debate-desafios-legislacao/48188>

Os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) serão comemorados na próxima terça-feira (29), a partir das 18h30min, em um evento online realizado pela Comissão Especial de Defesa do Consumidor (CEDC). A lei modificou as relações de consumo no país, porém, passados 30 anos, enfrenta novos desafios. Questões como o superendividamento e o aumento do comércio eletrônico precisam de atualização.

A transmissão do evento ocorrerá pelo canal da OAB/RS no YouTube. Para garantir o certificado, é necessário se inscrever aqui.

Conforme explica a presidente da CEDC, Teresa Cristina Moesch, em 1990 nem se pensava nas questões que vivemos hoje: "Há 30 anos não existia o e-commerce e nem a questão do superendividamento. O CDC é uma lei maravilhosa, porém precisa avançar essas questões para garantir a plena proteção do consumidor. Além disso, vamos debater sobre o papel do advogado na aplicação da legislação, na atuação junto aos planos de saúde, ao acesso à justiça, à tutela administrativa, entre outros", ressalta.

Programação:

18h30 - Abertura

Teresa Cristina Moesch - Presidente da CEDC da OAB/RS

Palestrantes:

Claudia Lima Marques - Advogada. Professora da UFRGS.

Flávia do Canto - Advogada. Professora da PUCRS.

Alexandre Petry - Advogado. Diretor da ESA/RS.

Celso Seus - Advogado. Mestre em Direito pela UNILASALLE.

Claudio Candiota - Advogado. Especialista em Direito do Consumidor pela UFRGS.

Cristiano Heineck Schmitt - Advogado. Professor da UFRGS.

Cauê Vieira - Advogado. Ex-Coordenador do Procon de Porto Alegre.

Bruno Miragem - Advogado. Professor da UFRGS.

20h - Encerramento

24/09/2020 | Portal Press | [revistapress.com.br](http://revistapress.com.br) | Geral

## Centro de Oncologia do Hospital São Lucas recebe novo aparelho de radioterapia

<http://revistapress.com.br/jornal-da-capital/centro-de-oncologia-do-hospital-sao-lucas-recebe-novo-aparelho-de-radioterapia/>

Fruto da parceria com o Grupo Oncoclínicas, o Centro de Oncologia do Hospital São Lucas da PUCRS (HSL-PUCRS) acaba de receber um importante reforço em sua estrutura de radioterapia. Trata-se do acelerador linear Varian Halcyon®, aparelho de última geração com tecnologia que permite localizar e combater tumores com maior rapidez e precisão.

Fabricado nos Estados Unidos e inédito no Sul do Brasil, o novo equipamento possui o mais rápido sistema acoplado de verificação de imagens e conferência de posicionamento, tratando 100% dos casos com técnica guiada por imagens (IGRT). "Estes recursos tornam possível aliar segurança assistencial e conveniência para os pacientes", afirma o médico radio-oncologista Fernando Obst, gestor da unidade. Imagens de alta definição realizadas no próprio equipamento de tratamento, hoje com maior rapidez, permitem visualização dos tumores e dos órgãos vizinhos à doença em poucos segundos.

O Centro de Oncologia do Hospital São Lucas da PUCRS, hoje gerenciado em parceria com o Grupo Oncoclínicas, foi lançado em novembro de 2019 e conta com uma unidade de quimioterapia com nove leitos. A Unidade de Radioterapia teve toda sua estrutura reconfigurada, foi modernizada e ampliada para o dobro da área física, para atender pacientes particulares, de convênios e do Sistema Único de Saúde (SUS). Continuará ainda com tomografia computadorizada dedicada para os planejamentos de radioterapia, e disponibilizará de braquiterapia.

Para o diretor-geral do HSL, Leandro Firme, o primeiro ano do Centro de Oncologia foi de grande êxito. "Conquistamos resultados muito satisfatórios dentro daquilo que acreditamos ser um atendimento de inovação e excelência, acompanhando o que há de mais moderno no tratamento de câncer no mundo. O novo equipamento é um importante acréscimo ao nosso parque tecnológico e fortalece o robusto ecossistema de saúde do Hospital São Lucas, que está em constante modernização. Sem dúvidas, irá nos ajudar muito a localizar e combater tumores com maior rapidez e precisão", salienta.

"O lançamento do novo aparelho de radioterapia consolida a união entre uma das melhores universidades privadas do Brasil e um dos maiores e mais respeitados grupos de oncologia, hematologia e radioterapia da América Latina", afirma André Fay, médico oncologista, responsável técnico do Centro de Oncologia no Hospital São Lucas da PUCRS. A parceria reforça a referência do centro no tratamento do câncer no Rio Grande do Sul.

Importância para o cenário gaúcho- Com o anúncio da adoção desta avançada tecnologia para radioterapia de alta precisão, as duas marcas somam forças em um cenário cada vez mais desafiador quando o assunto é câncer. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o Rio Grande do Sul deverá ter 46.060 novos casos neste ano, totalizando 138,1 mil até 2022. Apenas em Porto Alegre, serão 6.440 novas ocorrências/ano, chegando a 19.320 ao fim do triênio.

O Centro de Oncologia do Hospital São Lucas da PUCRS, hoje reestruturado, é referência do centro no tratamento do câncer no Rio Grande do Sul há décadas. O Grupo Oncoclínicas é formado por 68 unidades, ao todo, no Brasil, presente em 11 estados e, recentemente, renovou a parceria com o Instituto Dana-Farber, da Universidade de Harvard, em Boston (EUA), um dos principais centros de pesquisa e tratamento de câncer do mundo. A parceria com o centro americano acontece desde 2014, e se traduz em desenvolvimento de projetos colaborativos, transferência de conhecimento, intercâmbio de ensino e análise técnica de casos clínicos.

Live celebra novo aparelho e 1º ano de Centro de Oncologia

A apresentação oficial do novo acelerador linear ocorrerá no próximo dia 24/9, às 19h, durante uma live do Grupo Oncoclínicas que abordará os avanços da radioterapia no cenário oncológico. Na ocasião, também será lembrado o primeiro aniversário do Centro de Oncologia do Hospital São Lucas da PUCRS (HSL-PUCRS). Parceria das duas instituições, a estrutura recebeu no período mais de 32 mil pacientes. Desses, cerca de 4,2 mil receberam atendimento radioterápico.

O encontro virtual contará com o Diretor Nacional de Radioterapia do Grupo Oncoclínicas e Presidente da Sociedade Brasileira de Radioterapia, Dr. Arthur Accioly Rosa. Também estão confirmados o Diretor-Geral do HSL, Leandro Firme, o Diretor-Técnico do Hospital, Dr. Saulo Bornhorst, além do médico radio-oncologista Dr. Fernando Obst, gestor da Unidade de Radioterapia do complexo hospitalar.

Na ocasião, o Grupo Oncoclínicas ainda irá mostrar outro acelerador linear do mesmo modelo adquirido para sua Unidade de Radioterapia no Rio de Janeiro. Este aparelho será apresentado pelo gestor local Dr. Henrique Braga.

Aberta ao público, a live pode ser acessada pelo link:

<https://cloud.netglobe.com.br/webcast/oncoclinicas2>

24/09/2020 | Setor Saúde | [setorsaude.com.br](http://setorsaude.com.br) | Geral

## Hospital São Lucas da PUCRS passa a receber idosos e pessoas que já tiveram Covid-19 em teste de vacina

<https://setorsaude.com.br/hospital-sao-lucas-da-pucrs-passa-a-receber-idosos-e-pessoas-que-ja-tiveram-covid-19-em-teste-de-vacina/>

*Pesquisa teve prazo estendido até segunda quinzena de outubro e deve ultrapassar a meta de participantes*

O Hospital São Lucas da PUCRS (HSL-PUCRS) ampliou o escopo de participação de voluntários no estudo da vacina contra o novo coronavírus. Desde terça-feira (22) voluntários com mais de 60 anos e pessoas que já tiveram Covid-19 podem participar da pesquisa. Conforme o HSL-PUCRS, a ampliação do escopo ocorreu em virtude de uma definição do Instituto Butantan e da farmacêutica Sinovac, que conduzem o projeto junto a outros 11 centros de pesquisa no país.

Atualmente, cerca de 600 participantes já receberam pelo menos uma das doses da vacina ou placebo no Hospital. Com o avanço do estudo, a meta inicial de 852 voluntários deverá ser batida, haja vista que os testes serão estendidos até a segunda quinzena de outubro. "Os novos perfis de voluntários que entram nesta etapa do estudo serão importantes para a mensuração dos resultados, que já têm sido muito animadores. Com a ampliação da pesquisa devemos passar com tranquilidade dos mil participantes.", salienta o Dr. Fabiano Ramos, líder do estudo e chefe do Serviço de Infectologia do HSL.

Os interessados em participar dos testes deverão preencher formulário que está disponível neste link. Todos deverão estar dentro dos demais critérios já estabelecidos na fase anterior da pesquisa. Confira: **CRITÉRIOS DE INCLUSÃO**

Ser profissional da saúde e atuar em unidades especializadas em tratamento da Covid-19.

Ter mais de 18 anos idade. **CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO**

Ser gestante ou ter o desejo de engravidar durante os próximos três meses consecutivos.

Estar em período de amamentação.

Ter doenças crônicas sem devido controle, assim como doenças e/ou uso de medicações que comprometam o sistema imunológico.

Ter participado de outro estudo clínico com administração de produto sob investigação durante os últimos seis meses.

Ter recebido hemoderivados por transfusão nos últimos três meses.

24/09/2020 | SIS Saúde | [sis.saude.com.br](http://sis.saude.com.br) | Geral

## Covid-19

<http://www.sissaude.com.br/sis/inicial.php?case=2&idnot=34502>

*Hospital Moinhos de Vento registra queda de mais de 60% em procedimentos de colonoscopia desde o início da pandemia*

Exames são a principal forma de rastrear câncer colorretal, o segundo mais frequente no Brasil, e também permitem identificar outras doenças antes que evoluam para um tumor

O câncer de intestino e, conseqüentemente, sua mortalidade crescem no Brasil. De acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), 40 mil brasileiros devem ser diagnosticados com tumor colorretal em 2020 - o segundo mais comum depois dos de mama em mulheres e de próstata nos homens. Porém, é considerado um dos mais fáceis de prevenir.

Mas, em tempos de pandemia, o medo de acessar serviços médicos afastou os pacientes e fez os diagnósticos registrarem queda. No Hospital Moinhos de Vento, o número de colonoscopias realizadas em abril despencou de 985 em 2019 para 46 neste ano. Entre março e julho, a redução foi de 66% em relação ao ano passado. "Por isso o Setembro Verde, que é o mês de conscientização para a prevenção e o combate ao câncer de intestino ganha ainda mais importância nesse momento", destaca a chefe do Serviço de Coloproctologia do Hospital Moinhos de Vento, Heloisa Guedes Mussnich.

A médica ressalta que o diagnóstico tardio reduz as chances de tratamento e torna mais difícil a recuperação. "Estamos com fluxos individualizados para garantir a segurança no atendimento aos pacientes. Quem chega para realizar a colonoscopia não circula pelo mesmo ambiente que pacientes com suspeita ou infectados pelo coronavírus. Todos os protocolos são rigorosamente seguidos para mitigar riscos", explica Heloisa.

### Diagnóstico e tratamento endoscópico

O principal exame no diagnóstico e na prevenção do câncer de intestino é a colonoscopia. Além de rastrear tumores do intestino, permite identificar e retirar pólipos - lesões benignas que podem se transformar em câncer se não forem tratadas. É a maneira mais eficiente de prevenir tumores colorretais. "A estimativa é que de 25 a 30% das pessoas possam ter pólipos após os 50 anos de idade. A grande maioria são pequenos e podem ser removidos imediatamente, na colonoscopia preventiva", explica o coloproctologista e colonoscopista do Hospital Moinhos, Rafael Castilho Pinto.

Para os pólipos maiores e mais avançados, o médico acrescenta que tratamentos endoscópicos avançados estão disponíveis. Os mais indicados são a Mucosectomia (EMR), que já é amplamente utilizado no hospital, e a Dissecção Endoscópica Submucosa (ESD), que é uma técnica terapêutica mais recente. "A ESD é indicada em casos selecionadas de lesões maiores, que precisam ser removidas por inteiro na colonoscopia. Com este procedimento podemos evitar uma cirurgia. Além disso permite ao patologista uma análise mais detalhada e reduz os índices de recidiva local", completa.

O coordenador do Centro de Endoscopia da instituição, Leonardo Grillo, também ressalta a importância do procedimento. "O procedimento de Dissecção Endoscópica Submucosa passa a ser uma ferramenta importante no arsenal terapêutico do Hospital Moinhos, trazendo mais benefícios ao paciente", conclui o médico.

### Simpósio de Colonoscopia Terapêutica

Para discutir e promover troca de experiências entre profissionais da área, o Hospital Moinhos de Vento promove o 1º Simpósio de Colonoscopia da instituição. O evento é organizado pelo Serviço de Coloproctologia em parceria com o Centro de Endoscopia da instituição. Os médicos Rafael, Heloisa e Leonardo coordenam o evento.

Na programação, estão confirmados os nomes de especialistas como o diretor científico da Sociedade Interamericana de Endoscopia Digestiva, Carlos Eduardo dos Santos, o professor assistente de Endoscopia e Coloproctologia da PUC de Campinas, Lix Alfredo

Reis de Oliveira, e o endoscopista do A. C. Camargo Cancer Center, Hospital Oswaldo Cruz e Rede D'or ABC, Rafael Monici de Paula Machado.

Além das palestras, um debate sobre casos clínicos com espaço para perguntas terá a participação dos médicos Claudio Rolim Teixeira, Fábio Segal e Karen Mallmann, todos do Hospital Moinhos de Vento.

O evento online e gratuito acontece no dia 26 de setembro, das 10h às 12h. As inscrições podem ser feitas no site do Hospital Moinhos de Vento e a transmissão será feita pelo canal da Faculdade Moinhos no Youtube.

24/09/2020 | TAB Uol | [tab.uol.com.br](http://tab.uol.com.br) | Geral

## Na discussão sobre o abre e fecha das escolas, famílias ficam à deriva

<https://tab.uol.com.br/colunas/bernardo-machado/2020/09/24/familias-a-deriva-o-caso-da-educacao-durante-a-pandemia.htm>

Bernardo Machado -

"Reabrir os colégios ou não está longe de ser uma decisão simples", pondera o professor André Salata, da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), pesquisador das desigualdades educacionais no país. Segundo ele, há dois aspectos a serem levados em consideração. O primeiro diz respeito aos efeitos da reabertura na disseminação do vírus. "Estamos longe de um consenso dentro da comunidade científica, especialmente para os níveis mais elementares, com alunos mais novos." Já o segundo aspecto refere-se à avaliação dos prejuízos resultantes do fechamento prolongado das escolas: "as famílias não podem mais contar com escolas e creches e os alunos têm seu aprendizado prejudicado, em especial aqueles provenientes dos estratos mais baixos".

Diante desses dilemas, o retorno das aulas presenciais se transformou numa discussão pública — como deveria ser. No debate entre o abre e fecha, a opinião das famílias de crianças e adolescentes oscila. Enquanto algumas veem na escola a possibilidade de merenda para os filhos e a solução para conseguir sair para trabalhar, outras temem o retorno, por colocar em risco seus familiares, especialmente aqueles com comorbidades.

Além da questão sobre quando e como retornar as atividades de aprendizado formal, vale salientar alguns procedimentos adotados pelos governos, em especial o federal e o ministério da Educação. Autoridades parecem ter optado por uma terceirização da responsabilidade, isto é, um procedimento de delegar a responsabilidade das ações sobre educação para as outras entidades da federação, para as próprias instituições de ensino e, em última instância, para as próprias famílias. Apesar de o governo de Jair Bolsonaro mobilizar um suposto cuidado com a família brasileira, ele deixou essas mesmas famílias desprotegidas nesse momento delicado e urgente.

Logo no início da chegada do Sars-Cov-2 ao Brasil, o governo federal e o MEC apostaram que as soluções digitais resolveriam o problema de acesso à educação. "Foi criada uma campanha do Enem que dizia que 'a vida não pode parar', 'é necessário ir à luta', e orientava todos os estudantes a estudar pela internet", relembra a antropóloga Renata Mourão Macedo, da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo). Apostava-se na internet como solução para os problemas educacionais em pleno contágio.

Entretanto, mesmo em 2019, a situação do aprendizado por meios digitais já apresentava severos entraves. "No Brasil pré-pandemia, 16,5 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com condições limitadas à educação remota, sem conexão com a internet ou com velocidades de download abaixo de 4 Mbps", explica o relatório da Rede de Pesquisa Solidária, iniciativa que reúne cerca de 50 pesquisadores de diversas instituições que analisam as políticas públicas de enfrentamento a Covid-19.

A pesquisadora Carolina Parreiras, da USP, utilizando os dados da Pesquisa TIC Domicílios de 2019, completa: "quando olhamos classes A e B, notamos uma quantidade absurda de conexões. O número chega a 99%, feitas, inclusive, via conexões fixas. Nas classes D e E, esse número despenca para 50%". Nas classes D e E, "o grande campeão de conexão é o celular, a partir das redes móveis de 3G e 4G, cujo pacote de dados não garante qualidade de conexão".

Quando consideramos os domicílios com computador, em 2019, 95% daqueles na classe A dispõem de notebook, computador de

mesa e/ou tablet. Nas classes D e E, somente 14% dos domicílios possuem esses aparelhos. "Ou seja, os equipamentos mais adequados para o estudo, o tablet ou o computador, são privilégio das classes médias e altas no Brasil", completa Renata Macedo.

O problema não se manifesta somente no campo de estudantes e de suas famílias, conforme revela o boletim da Rede Solidária de Pesquisa a partir dos dados da TIC Educação. "As instituições escolares brasileiras estavam pouco preparadas para a transição para um ensino online: apenas 28% das escolas localizadas em áreas urbanas contavam, antes da pandemia, com um ambiente ou plataforma virtual de aprendizagem, percentual que é ainda menor entre as escolas públicas (14%)". Mesmo antes da pandemia, "grande parte dos professores das escolas públicas declaravam não estar aptos a usar as plataformas. No momento em que docentes têm que rapidamente aprender a utilizar o Google Meet — uma das plataformas mais utilizadas —, essas pessoas enfrentam grandes obstáculos, inclusive geracionais", afirma Carolina Parreiras.

O cenário educacional via internet já estava problemático em 2019. Mesmo assim, o governo federal e boa parte dos governos estaduais optaram por desconsiderar esses aspectos nas políticas para a educação definidas desde março.

O que a pandemia fez?

"O que temos hoje é um ensino remoto emergencial, com uma migração problemática para o digital", avalia Carolina Parreiras. Conforme explica Renata Macedo, dada a emergência da pandemia, essa transição para o online precisou ser feita às pressas, sem planejamento pedagógico prévio. No ensino remoto, diferentemente do Ensino a Distância (EaD), docentes fazem uso de diversas plataformas para ministrar um conteúdo ao vivo, com aulas síncronas ocorrendo em tempo real e em caráter emergencial. "Os professores estão fazendo o seu melhor para tentar transferir o ensino para o formato digital. O problema é que só alguns estão conseguindo acessar esse ensino online", ressalta Macedo.

Desde o início da pandemia, mais de 8 milhões de crianças entre 6 e 14 anos ficaram sem atividades escolares para fazer em casa, o que corresponde a cerca de um quarto de estudantes, avalia a pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária. Entre as famílias mais pobres, a porcentagem salta para 30% dos estudantes que ficaram sem atividades escolares em julho, enquanto os mais ricos foram menos de 4%.

Com a transferência das atividades escolares para dentro dos domicílios, o papel das famílias se tornou ainda mais relevante e as desigualdades, já existentes, se acentuaram. "Há décadas sabemos que a situação socioeconômica das famílias é o fator mais relevante a fim de explicar o desempenho educacional dos alunos", explica André Salata.

A título de exemplo, os dados do Boletim 22 da Rede de Pesquisa Solidária evidenciam como, durante a pandemia, "estudantes dos estratos mais ricos realizam, na média, 5 horas semanais a mais de atividades que os estudantes dos estratos mais pobres. Se forem considerados os 5 meses atuais de duração da pandemia (abril a agosto), essa diferença salta para 124 horas, algo próximo de 28 dias letivos". Nesse sentido, a formação dos pais e responsáveis tem impacto direto no processo de aprendizado das crianças e adolescentes.

Essas dificuldades e desigualdades se materializam de diversas maneiras. Em primeiro lugar, no conteúdo a ser ministrado e aprendido por estudantes. "Uma situação é ter que aprender operações matemáticas ou regras gramaticais numa família em que os pais possuem ensino superior; outra, completamente distinta, é assimilar o mesmo conteúdo em uma família onde os pais não concluíram o ensino médio", comenta Salata.

Em segundo lugar, o próprio uso dos dispositivos tecnológicos varia de acordo com o domínio prévio. "Tarefas que podem parecer mais básicas para quem trabalha diariamente com um computador, como abrir e responder e-mails, fazer pesquisa na internet em fontes confiáveis, escrever uma redação em arquivo de texto, são desafios, especialmente para um público adulto de menor escolaridade que nunca recebeu uma educação para isso", explica Renata Macedo.

Em terceiro lugar, as próprias condições de moradia das famílias afetam as experiências de aprendizado. "Em periferias e favelas no Brasil, há casas muito pequenas com ambientes que são altamente compartilhados. Não existe privacidade, estudantes dividem a casa com uma quantidade enorme de pessoas", avalia Carolina Parreiras.

Por fim, um debate que parece não constar no cenário atual diz respeito aos usos que as plataformas online fazem e farão das informações coletadas de crianças e de adolescentes. "A gente não tem uma clareza de quais dados nossos são utilizados por essas

plataformas", destaca Parreiras. "O que elas estão retirando desses dados? Que dados são esses que fornecemos de forma invisível, sem saber que estamos fornecendo? Isso é um aspecto importante para pensar: o controle e a colonização de dados". Como essas plataformas empregarão esses dados de pessoas que, a princípio, não podem consentir sobre o uso de tais informações? Aliás, como será o uso dessas informações de uma geração que já nasceu com seus dados sendo coletados de forma pouco transparente?

Esses dados poderiam levar à conclusão de que é fundamental o retorno imediato das aulas. Não se trata disso. Deve-se antes salientar como, apesar de todo o conhecimento prévio da situação da internet na pandemia e das informações sobre as desigualdades nacionais no acesso à educação durante o período contágio, o governo optou por pouco agir.

Famílias à deriva

Um governo que assume como bandeira o cuidado das famílias e das crianças deixou, justamente, as famílias brasileiras desamparadas. "O Ministério da Educação não orientou nem difundiu metodologias bem-sucedidas de ensino à distância", constata a Rede de Pesquisa Solidária. Coube aos estados definir suas próprias estratégias, de modo que cada governador e prefeito colheu resultados bem diferentes.

O MEC poderia ter realizado um conjunto de medidas, listadas por pesquisadores e especialistas no tema: "i) adotar uma proposta de metodologia de ensino a distância que considerasse diferenças regionais e socioeconômicas; ii) coordenar a difusão de metodologias bem-sucedidas de ensino a distância que poderiam ser adotadas por estados e municípios; iii) realizar parcerias, junto ao setor privado, para ampliar e garantir a conexão à internet para os estudantes, especialmente os de mais baixa renda e nas regiões mais carentes".

O que foi feito também demorou para acontecer. As ações alegadas pelo ministério nos últimos meses não possuem relação direta com a pandemia — como, por exemplo, a abertura de vagas no SISU e a manutenção de bolsas de pesquisa (ambas fundamentais). Por sinal, dentre as ações relacionadas à pandemia, "não há qualquer medida relacionada à aprendizagem e ao ensino remoto", conclui o Boletim.

Mesmo o Comitê Operativo de Emergência (COE), criado em 16 de março, com o objetivo de amenizar os impactos das alterações de rotina no ensino, não apresenta, no site do MEC, as ações e resultados obtidos nos últimos seis meses. O protocolo de biossegurança para retorno às aulas veio em julho e, somente em 17 de agosto, o ministério anunciou um programa de fornecimento de acesso à internet a cerca de 900 mil estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica — mas apenas para o Ensino Superior e para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. E em 2 de setembro, houve a indicação de um investimento de internet para 466 escolas, unicamente para região amazônica.

Em 17 de setembro, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, em reunião com parlamentares no Congresso, disse que está desenvolvendo protocolos para o ensino básico e sugeriu que os alunos brasileiros não têm enfrentado dilemas diferentes de outros países. Com perfil mais discreto que Abraham Weintraub, Ribeiro se beneficia dos poucos holofotes. "A gente percebe uma tendência do governo de buscar quadros que não tirem o protagonismo de Bolsonaro", explica Macedo. "Ele tem adotado uma postura próxima a outros ministros, como o da saúde — fazer o mínimo possível para não ter protagonismo nem responsabilidade sobre a crise. É espantoso que, após mais de 6 meses de fechamento das escolas, o Ministério da Educação não tenha sido capaz de formular ações e diretrizes mais gerais sobre educação na pandemia", completa a antropóloga.

A retórica da irresponsabilidade

As famílias arcaram, até o momento, com a maior parcela da responsabilidade de cuidado de seus filhos e filhas. Não parece haver interesse político em assumir a responsabilidade sobre o assunto, definindo protocolos, estabelecendo parâmetros, criando fóruns de discussão com os grupos interessados. "O Ministério da Educação optou por não fazer praticamente nada e relegar todo o trabalho e toda a responsabilidade para estados e municípios", descreve Macedo.

Se não planejamos até agora, precisaremos cobrar das autoridades a organização para os próximos anos. Será uma geração amargamente afetada, e de modos muito distintos, por esse período. Cabe às autoridades e à sociedade civil discutir com seriedade as formas de cuidado psíquico e educacional em jogo.

Em termos republicanos, isso afeta o direito de crianças e jovens à educação. Em termos éticos, compromete o futuro de aprendizado e de trabalho. E até mesmo em termos econômicos — um dos poucos que costuma trazer sensibilidade em tempos como os atuais

—, podemos questionar como será a qualificação da mão de obra nacional de toda uma geração afetada pela pandemia e pela negligência das autoridades políticas.

Se há uma genuína preocupação do governo federal com as famílias brasileiras, é preciso que ela se apresente em termos concretos e não apenas em uma retórica moral. Entretanto, como algumas pesquisas indicam, o atual governo promove o ideal de uma família que deve se gerir sozinha, sem a interferência estatal. Cabe questionar se, diante de condições tão desiguais e assimétricas, essa gestão é realmente possível.

24/09/2020 | UFRGS | [ufrgs.br](http://ufrgs.br) | Geral

## Estudante da UFRGS revela, em livro, textos de José de Alencar publicados no Jornal Diário do Rio de Janeiro em 1856

<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/estudante-da-ufrgs-revela-em-livro-textos-de-jose-de-alencar-publicados-no-jornal-diario-do-rio-de-janeiro-em-1856>

*Antes 'perdidos' nas páginas de jornais disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, agora os textos 'Folhetim - Conversa com os meus leitores' e 'Apólogos' estão ao alcance do leitor*

Um meticuloso 'garimpo' nos arquivos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional revelou ao doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras (Literatura Comparada) da UFRGS, Renato Barros de Castro, um achado histórico: textos do escritor José de Alencar. Os escritos 'Folhetim - Conversa com os meus leitores' (Jornal Diário do Rio de Janeiro, ano XXXIV, número 107, quinta-feira, 17 de abril de 1856, pág. 1) e 'Apólogos' (Jornal Diário do Rio de Janeiro, ano XXXVI, número 202, segunda-feira, 31 de julho de 1856, pág. 1) estão disponíveis ao leitor, em formato inédito, na obra 'José de Alencar: entre o Jornalismo e a ficção' (ediPUCRS).

Esses textos estavam perdidos nas páginas dos jornais oitocentistas da imprensa do Rio de Janeiro, segundo Renato, e, agora, "são trazidos a lume por meio dessa pesquisa. Os dois materiais datam de 1856 e, apesar disso, abordam temas bastante atuais, como, por exemplo, casos de corrupção no território brasileiro", aponta ele.

Outro ponto importante dessas obras de Alencar diz respeito a um lado praticamente desconhecido do escrito: seu viés realista em detrimento da figura fantasiosa e romântica. "A pesquisa, publicada neste livro, pretende desconstruir a ideia que se cristalizou entre os leitores, até os dias de hoje, de um José de Alencar fantasioso e ligado apenas aos salões aristocráticos ou à corrente do Romantismo, mas sim, por meio dos folhetins inéditos em livro apontar um autor de viés realista", explica ele.

Atuais, os textos de folhetins revelados em livro falam de corrupção - usando de sarcasmo - e aborda a história da China, em outro, trazendo uma crítica aos governantes. Grandes autores se constituem por meio desse artifício: serem atemporais. "Ambos os textos, embora datados de bem mais de um século, fazem um impressionante paralelo com os tempos atuais. Isto, inclusive, é uma das marcas de grandes autores: conseguir não se deter ao seu próprio tempo e lugar para falar do ser humano e de sua condição".

O pesquisador, ainda, traça um paralelo entre as crônicas de Alencar com a previsão do advento da internet, mesmo parecendo exagero. Na sua obra, Renato apresenta uma citação que mais parece uma previsão: "Tempo virá em que do obscuro gabinete do escritor a pena governará o mundo, como a espada de Napoleão da sua barraca de campanha. Uma palavra que cair do bico de uma pena, daí a uma hora correrá o universo por uma rede imensa de caminhos de ferros e de barcos de vapor, falando por milhões de bocas, reproduzindo-se infinitamente como as folhas de uma grande árvore. Esta árvore é a liberdade; a liberdade de imprensa, que há de existir sempre, porque é a liberdade do pensamento e da consciência, sem a qual o homem não existe; porque é o direito de queixa e de defesa, que não se pode recusar a ninguém".

Renato Barros de Castro desenvolve, atualmente, tese na UFRGS sobre narrativas de viagem de Goethe e Claudio Magris, com supervisão do professor Gerson Roberto Neumann.

A descoberta

Foi ainda no mestrado em Letras/Literatura Comparada, na Universidade Federal do Ceará (UFC), que Renato iniciou as pesquisas sobre José de Alencar, incentivado pelos professores Marcelo Peggio e Denise Rocha a desenvolver um trabalho voltado ao

escritor, haja vista que o autor de 'Iracema' teve grande atuação na imprensa e foi fortemente influenciado por Balzac.

Na UERJ, teve contato com o professor e autor de 'A crônica brasileira do século XIX', Marcus Vinicius Nogueira Soares, onde recebeu dicas valiosas sobre o estudo histórico daquele período. Realizou pesquisas na cidade do Rio de Janeiro, tanto sobre o folhetim do início da crônica no Brasil, concentrando os esforços em Alencar.

Encontrar os textos agora apresentados em formato inédito ao leitor não foi tarefa fácil. Sabendo dessa crônica 'perdida', por meio de uma menção feita por João Roberto Faria na apresentação da obra 'Crônicas escolhidas', Renato acolheu essa pista e mergulhou na pesquisa. Por surpresa, encontrou não uma crônica, mas duas. "Esse segundo texto sequer havia sido mencionado por outro pesquisador, o que enriqueceu ainda mais os meu trabalho".

Para localizar os textos, o doutorando precisou de esforço e dedicação sobre o universo do folhetim: procurar, data por data, todo o período abrangido pela atuação de Alencar na imprensa do Rio de Janeiro - o que envolve vários periódicos e publicações com pseudônimos dele, como Al., de Alencar, ou Ig., de Igarassu, uma ironia ao personagem de Gonçalves Magalhães, protegido pelo imperador, ambas as personalidades tidas como desafetos pessoais do escritor.

Se você quiser se aventurar nas buscar, Renato traz algumas dicas, como também as dificuldades:

Primeiro, acesse <http://memoria.bn.br> - local em que os textos foram encontrados;

Dificuldade 1: encontrar os textos, pois é preciso escrever o nome do periódico, o período, palavras-chave, ou seja, uma série de pré-requisitos até chegar ao fac-símile com os textos inéditos;

Dificuldade 2: a parte mais complexa, de acordo com Renato. Mesmo encontrando os fac-símiles, você terá dificuldade de compreender os termos utilizados ali, tanto por conta de pequenos defeitos de impressão quanto por conta de palavras que lhe serão antiquadas ou incompreensíveis.

Quer pegar o caminho mais curto: confira os textos disponibilizados ao leitor, com uma leitura fluida e sem empecilhos, no livro 'José de Alencar: entre o Jornalismo e a ficção' em <https://editora.pucrs.br/livro/1408/>.

Ainda investido pelo ímpeto do garimpo? Tente!

Para facilitar, Renato disponibilizou o fac-símile (também reproduzido no livro) com um dos textos inéditos: a imagem com um folhetim de 17 de abril de 1856.

Título do texto: Folhetim - Conversa com os meus leitores

Periódico em que foi publicado: Jornal Diário do Rio de Janeiro, ano XXXIV, número 107.

Data em que foi publicado: quinta-feira, 17 de abril de 1856.

Página em que foi publicado: página 1.

Link onde está disponível: <http://memoria.bn.br>

Ano em que foi reencontrado, por meio da pesquisa de Renato: 2018, com publicação em 2020.

## MAIS

A obra 'José de Alencar: entre o Jornalismo e a ficção' foi publicada pela Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (ediPUCRS), e conta com prefácio do professor da UFSCar, Wilton Marques, um dos principais pesquisadores da literatura brasileira oitocentista. A novidade analítica no campo das Letras está na linguagem acessível ao público em geral, não apenas pesquisadores da área, e no ineditismo dos textos reunidos em livro.

Renato é mestre em Letras e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, é autor também dos livros de crônicas 'Viagem a um Brasil insólito' (Prêmio SECULT, 2015) e Geografia afetiva (Prêmio Milton Dias, 2011). Publicou, no campo da ficção, os livros 'O mistério de Frida Zeiden' (contos), obra finalista do Prêmio SESC de Literatura 2016, e 'Inventário das sombras' (romance), dentre

outros.

Livro 'José de Alencar: entre o Jornalismo e a ficção', 258 páginas, disponível em <https://editora.pucrs.br/livro/1408/>.

Textos de José de Alencar inéditos em livro contidos na obra:

1. Folhetim - Conversa com os meus leitores (Jornal Diário do Rio de Janeiro, ano XXXIV, número 107, quinta-feira, 17 de abril de 1856, pág. 1).
2. Apólogos (Jornal Diário do Rio de Janeiro, ano XXXVI, número 202, segunda-feira, 31 de julho de 1856, pág. 1).

---

## Segmento: Outras Universidades

---

24/09/2020 | Coletiva | [coletiva.net](http://coletiva.net) | Geral

# Cinco perguntas para André Tajés

<https://coletiva.net/comunicacao/cinco-perguntas-para-andre-tajes,375398.jhtml>

*Jornalista conta os desafios de lançar um site na pandemia e às vésperas de uma eleição municipal*

André Tajés - Glenda Pires

1- Quem é você, de onde vem e o que faz?

Nasci em 1976, em Uruguaiana, na Fronteira Oeste. Sou o filho mais velho dos professores Raul e Carmem Tajés. Morei durante 10 anos em Porto Alegre. Sou formado desde 2003, pela Unisinos. Desde então, moro em Caxias do Sul. Nos últimos três meses, me dediquei para o lançamento do Serra em Pauta ([www.serraempauta.com](http://www.serraempauta.com)), um site de notícias com foco na cobertura política da região. A plataforma está no ar desde 15 de setembro.

2- Por que decidiu ser jornalista?

Desde criança, gostava de ouvir rádio AM e ficava tentando sintonizar emissoras no dial do aparelho durante à noite. Assim, descobri as rádios Globo e Tupi, do Rio de Janeiro e fiquei fascinado. Meu interesse por contar histórias vem dessa época. Meu primeiro estágio no início da universidade confirmou minha decisão pelo Jornalismo. Já as experiências profissionais em assessoria de imprensa, rádio e, por último, no jornalismo impresso, reforçaram o sonho de criança.

3 - Quais são os principais desafios para este novo momento profissional?

São muitos os desafios. O primeiro foi a decisão de empreender na área da comunicação. A pandemia escancarou a fragilidade dos veículos de imprensa tradicionais que estão reduzindo suas equipes, mas também mostrou que é possível fazer jornalismo de qualidade em home office. O friozinho na barriga de colocar no ar um site com o foco na cobertura política da região, demonstra o zelo e a seriedade que encaro este desafio. Minhas experiências profissionais me capacitaram a investir no jornalismo digital. Outro desafio é firmar parcerias comerciais em um período de recessão econômica, mas a mídia digital tem um alcance maior e um investimento menor comparada com as tradicionais.

4- Quais são as suas expectativas com o projeto Serra em Pauta?

Estou muito satisfeito com os números iniciais de acessos das redes sociais e do site. A plataforma chega no início de uma campanha eleitoral para escolher prefeitos e vereadores e vai contribuir para o debate político da região. Cada eleição municipal tem sua particularidade e conjecturas e o Serra em Pauta vai apresentar as candidaturas para que o eleitor faça a sua escolha. A expectativa é tornar o Serra em Pauta uma referência no jornalismo regional.

5- Quais são seus planos para daqui a cinco anos?

Quero continuar empolgado com o jornalismo político e contribuindo para um debate qualificado sobre o tema. O Serra em Pauta é a minha nova casa e cuidarei dele da mesma forma que cuido da minha família, com muito amor e muito respeito.

Essa entrevista foi realizada pelos alunos de Estágio I do curso de Jornalismo, do Centro Universitário Metodista IPA. Texto: Lucas Belifel.

24/09/2020 | CryptoID | [cryptoid.com.br](http://cryptoid.com.br) | Geral

## Check Point alerta para o crescente número de ataques visando instituições de ensino e de pesquisas no mundo

<https://cryptoid.com.br/identidade-digital-destaques/check-point-alerta-para-o-crescente-numero-de-ataques-visando-instituicoes-de-ensino-e-de-pesquisas-no-mundo/>

A Lei 14.063 de 2020 dispõe sobre o uso de Começa a valer nesta sexta 18 de setembro de 2020 conforme o texto aprovado pelo Senado . Sobre como gerenciar eIDs, conversamos com Luís Correia - Business Development da AET EUROPE, empresa global na área de soluções de segurança digital. Senado Federal aprovou nesta 3ª feira 1º de setembro o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 32/2020, oriundo da Medida Provisória (MP) 983/2020 Most of the news surrounding the looming IoT is consumer-centric. It makes for good copy to be speculating on the roll-out of the IoT in suburbia. Pesquisadores da empresa observaram o aumento em dois dígitos dos ataques globais ao setor de Educação na América Latina, nos EUA, na Europa e Ásia Os pesquisadores da Check Point@ Software Technologies Ltd . (NASDAQ: CHKP), uma fornecedora líder de soluções de cibersegurança global, identificaram um maior interesse por parte dos cibercriminosos em temas e domínios relacionados à educação, pesquisas e volta às aulas nos últimos três meses. Segundo os pesquisadores, esta tendência se mantém intensa com um aumento dos ataques em diversas regiões no mundo por meio de diferentes métodos e táticas. Na América Latina, a média de ataques semanais por organização no setor da Educação, em julho e agosto de 2020, foi de 15,5% maior em relação aos dois meses anteriores. Os Estados Unidos são a região número um mais visada com um aumento de 30% nos ciberataques contra este setor; a Europa apresentou um crescimento de 24%; e a Ásia teve um acréscimo de 21%. Nos últimos dois meses, as instituições de ensino e de pesquisas latino-americanas sofreram com um aumento de 15,5% se relacionado aos meses de maio e junho, ou seja, de 413 instituições atacadas para 478. O maior aumento foi observado em relação a ataques de negação de serviço (DDoS). TAQUES POR ORGANIZAÇÃO - AMÉRICA LATINA - ÚLTIMOS 6 MESES No Brasil, a Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos ) foi ágil em suas ações de prevenção contra os ciberataques com a nova plataforma de segurança implementada pela instituição, e por meio da qual conseguiu bloquear 36 mil ataques desde o dia 8 de abril deste ano direcionados à infraestrutura da universidade, bem como impediu 179 diferentes tentativas de exploração de vulnerabilidade ao seu ambiente em junho. "A pandemia do novo Coronavírus não impactou apenas a implementação do trabalho remoto, alterou também a forma das aulas a distância. Esses números sobre os ataques ao setor da Educação demonstram uma tendência clara e preocupante: os cibercriminosos consideram que os estudantes são alvos fáceis. Entre os ataques direcionados a eles estão e-mails de phishing, como o chamado 'Zoombombing', até ransomware", explica Omer Dembinsky, diretor de Data Intelligence na Check Point. "Os cidadãos são sempre os mais vulneráveis em se tratando de cibersegurança, por isso recomendamos que estudantes, pais e instituições sejam muito cuidadosos nos próximos meses, uma vez que se prevê que esses números piorem. Enquanto o ensino a distância se mantiver, também os cibercriminosos permanecerão ativos", conclui Dembinsky. - Reduzir as superfícies de ataque. Para os endpoints, deve-se assumir pleno controle dos periféricos, aplicativos, tráfego de rede e dos dados. É necessário criptografar os dados em movimento, em inatividade e aqueles em uso. Também é importante garantir que se cumpram as políticas corporativas para obter conformidade de segurança dos endpoints . - Prevenção antes de tudo: primeiramente, bloquear os ataques conhecidos utilizando o anti-malware de endpoint e a reputação. Em seguida, evitar os ataques desconhecidos. Para impedir exploits, usar a tecnologia anti-exploit para prevenir ataques drive-by e proteger os aplicativos. Por fim, inibir erros de usuários implementando tecnologia zero-phishing que bloqueia sites de phishing, previne a reutilização de credenciais e detecta senhas comprometidas. - Proteção Runtime (tempo de execução): a tecnologia anti-ransomware permite detectar sinais de ransomware, revelando mutações em execução de famílias de malware conhecidas e desconhecidas por meio de análise comportamental e regras genéricas. - Conter e remediar: Conter os ataques e controlar os danos ao detectar e bloquear tráfego de comando e controle e evitando o movimento lateral do malware ao isolar máquinas infectadas. Posteriormente, remediar e esterilizar o ambiente restaurando arquivos criptografados, colocando em quarentena, realizando processos de eliminação e esterilizando toda a cadeia de ataque. - Compreender e responder: é importante fazer a triagem de eventos

rapidamente, compreender toda a natureza do ataque e imunizar outras superfícies ao compartilhar informações relativas ao Indicador de Comprometimento (IoC) e Indicador de Ataque (IoA). Os dados referentes a esse levantamento dos pesquisadores foram obtidos e analisados pela inteligência contra ameaças da ThreatCloud da Check Point, a maior rede colaborativa para combater o cibercrime que fornece dados de ameaças e tendências de ataques de uma rede global de sensores de ameaças. A inteligência é enriquecida com mecanismos baseados em IA e dados de pesquisa exclusivos da divisão Check Point Research (CPR). Ataques cibernéticos: como funciona e como se proteger? Tendências dos Ciberataques: criminosos têm como alvo de ataques todos os setores da economia Sobre a Check Point Software Technologies Ltd. A Check Point Software Technologies Ltd. (<https://www.checkpoint.com/pt/>) é um fornecedor líder em soluções de cibersegurança para governos e empresas privadas globalmente. As suas soluções protegem os clientes contra ciberataques de 5ª geração (Gen V) com um índice de captura líder de mercado de malware, ransomware e outros tipos de ataques. A Check Point oferece arquitetura de segurança multinível "Infinity" Total Protection com prevenção de ameaças avançadas Gen V, que protege as informações de nuvem, rede e dispositivos móveis corporativos. A Check Point fornece o mais abrangente e intuitivo ponto de controle de sistema de gerenciamento de segurança. A Check Point protege mais de 100.000 organizações de todos os portes. ©2020 Check Point Software Technologies Ltd. Todos os direitos reservados. Uma visão holística da defesa corporativa contra ameaças à segurança, ciberataques e vazamento de dados Nosso propósito é atender aos interesses dos nossos leitores, por isso, selecionamos muito bem os artigos e as empresas anunciantes. Conteúdo e anúncios precisam ser relevantes para o mercado da segurança da informação, criptografia e identificação digital. Se sua empresa é parte desse universo, baixe nosso Mídia Kit, escreva pra gente e faça parte do Portal Crypto ID!

24/09/2020 | Drops do Cotidiano | [dropsdocotidiano.com](https://dropsdocotidiano.com) | Geral

## Faccat promove ciclo de debates gratuito sobre a indústria criativa no desenvolvimento da região

<https://dropsdocotidiano.com/2020/09/24/faccat-debates-industria-criativa/>

Fomentar o conhecimento e a discussão da importância da indústria criativa para o desenvolvimento da região do Paranhana. Este é o objetivo do ciclo de Debates (IN)CRIA 2020, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat), por meio do curso de Mestrado. Nos dias 26 de setembro, 10 e 17 de outubro, serão realizadas três lives gratuitas e abertas à comunidade, com professores e profissionais do mercado nacional e internacional, a fim de debater o assuntos pertinentes a indústria criativa da região.

Nesta edição 2020, a primeira deste projeto, serão debatidos os seguintes temas:

26 de setembro - 10h30 às 12h

Tema: Moda, Comunicação e Design: Inovação e Sustentabilidade

Participantes: Prof. Dr. Francisco Mesquita (UFP, Portugal) e Prof. Me. Madeleine Muller (ESPM-Sul).

10 de outubro - 10h30 às 12h

Tema: O mercado de animação digital no Brasil

Participantes: Gabriel Garcia (CEO Hype e produtor da animação Tainá e os Guardiões da Amazônia).

17 de outubro - 10h30 às 12h

Tema: O que há de inovação na plataforma do trabalho

Participantes: Prof. Dr. Rafael Grohmann (PPGCom/Unisinos).

As inscrições podem ser feitas através deste link.

O ciclo de debates faz parte das atividades de pesquisa e extensão do (IN)CRIA, que é o Grupo de Estudos da Indústria Criativa para o Desenvolvimento Regional da instituição, sendo composto por professores e alunos do PPGDR/Faccat e dos cursos de graduação em Design, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Jogos Digitais.

Compartilhe isso:

Twitter  
Facebook

Curtir isso: Curtir Carregando...

Relacionado

24/09/2020 | Grande Bahia | [jornalgrandebahia.com.br](http://jornalgrandebahia.com.br) | Geral

## Discurso de Bolsonaro na ONU nega evidência da diversidade religiosa no Brasil | Por Sérgio Jones

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2020/09/discurso-de-bolsonaro-na-onu-nega-evidencia-da-diversidade-religiosa-no-brasil-por-sergio-jones/>

De acordo com o pesquisador de Igreja, sociedade e direitos civil o teólogo Ronilso Pacheco, ele deixou transparecer, durante entrevista concedida ao Instituto Humanistas Unisinos, Como bastante questionável o discurso na ONU, proferido recentemente pelo arremedo de presidente Jair Bolsonaro.

Classificou o mesmo como carregado com forte viés de fundamentalismo religioso, que por extensão promove a manutenção do preconceito histórico contra as religiões de matriz africana, atravessadas pelo racismo estrutural existente no Brasil.

Bolsonaro ao afirmar que o Estado brasileiro é por definição laico e logo em seguida fazer a ressalva de que o país é cristão e conservador. Tal declaração, soa para o estudioso teólogo do tema, como uma forma de discurso que objetiva simplesmente suprimir as religiões mais vulnerabilizadas no contexto religioso do país.

O que considera uma tomada de postura pernicioso e nociva para a própria pluralidade social, não apenas do ponto de vista das crenças, mas nos seus mais diversos contextos concernentes ao assunto.

Para Pacheco não é apenas a convicção religiosa do presidente ou de integrantes do governo que é cristã. Mais do que a convicção religiosa trata-se de uma construção de um projeto político que passa pela perspectiva religiosa imposta, de maneira generalizada, para a sociedade, para as políticas públicas, para o reconhecimento de grupos e minorias sociais.

O que significa considerar essa tomada de postura como responsável por promover e acarretar um impacto muito maior do que o religioso.

Pois nega a evidência e o reconhecimento da presença da diversidade religiosa. Que não reconhece as violências sofridas pelas religiões de matriz africanas.

Como também a existência de uma grave ameaça às liberdades individuais, quando as propostas do governo são feitas sob o crivo de perspectivas cristãs fundamentalistas e conservadoras.

\*Sérgio Jones, jornalista ([email protected]).

24/09/2020 | Jornal NH | [jornalnh.com.br](http://jornalnh.com.br) | Geral

## Propostas do anexo 2 do Hospital Municipal de Novo Hamburgo serão abertas nesta quinta

[https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo\\_hamburgo/2020/09/23/propostas-do-anexo-2-do-hospital-municipal-de-novo-hamburgo-serao-abertas-nesta-quinta.html](https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo_hamburgo/2020/09/23/propostas-do-anexo-2-do-hospital-municipal-de-novo-hamburgo-serao-abertas-nesta-quinta.html)

*Ampliação é uma das obras que integra o polo de saúde, também formado por outros quatro projetos*

A novela do anexo 2 do Hospital Municipal de Novo Hamburgo (HMNH) tem um importante capítulo marcado para esta quinta-feira (24). A partir das 14 horas, serão abertos os envelopes com as propostas para a execução da construção do novo prédio. Sonho antigo: as discussões sobre a expansão datam de 2012. Um projeto inicial que ficou defasado, dificuldades em obter recursos, problemas técnicos no edital lançado no início deste ano e paralisação do processo em função da pandemia foram alguns dos recentes entraves.

Agora, a expectativa é de que a concorrência pública relançada em 19 de agosto tenha andamento. São R\$ 17.681.038,78 de investimento, totalizando cinco pavimentos e uma área a ser construída de 5,1 mil metros quadrados. Em uma das maiores ampliações já registradas na casa de saúde, devem ser agregados 82 leitos, ampliando a capacidade em 37,27%. De acordo com a Prefeitura, os recursos estão assegurados, sendo R\$ 11.960.000,00 provenientes do governo federal, R\$ 2.472.808,94 de contrapartida municipal e um incremento de R\$ 6 milhões de emenda parlamentar do deputado Lucas Redecker, em que o restante será usado em outras melhorias no HMNH.

Novo Hospital da Unimed está com 83,84% de evolução e deve ser inaugurado em março Foto: Unimed VS/Divulgação

O polo regional de saúde, que pode se tornar realidade no Município, ainda engloba a construção de dois novos hospitais - o da Unimed Vale do Sinos e o da Doctor Clin, a expansão do Hospital Regina e a construção do anexo 3 do Hospital Municipal, em uma parceria com a Universidade Feevale. Todos estão entre os planos para o futuro cluster da saúde. O mais avançado é o Hospital da Unimed, que mesmo com a pandemia manteve o cronograma inicial e a previsão de inauguração para a primeira semana de março do ano que vem. Até o final de agosto, a obra nas proximidades da Rua Barão de Santo Ângelo já estava 83,84% concluída e o edifício-garagem registrava 40,50% de evolução.

Atualmente, está ocorrendo o recebimento da parte estrutural e instalações de alguns equipamentos, assim como a entrega de algumas áreas internas por parte da construtora. Então, começam a ser instalados móveis, todo o recheio de equipamentos e mobiliários, contratações de pessoas, treinamentos, obtenção de alvarás e licenças e melhorias do entorno. A área já existente será interligada ao novo hospital por meio de uma passarela, resultando em um complexo de saúde de 38 mil metros quadrados. Ao todo, o investimento passa da R\$ 230 milhões.

Ampliação do Hospital Regina

O Hospital Regina revela que a obra de ampliação ainda não teve início e está em tratativas de aprovações junto à Prefeitura. Segundo a instituição, os projetos seguem contemplando três prédios: ampliação hospitalar, centro de especialidades avançadas e edifício-garagem.

Hospital Doctor Clin

Para a Doctor Clin, o último trimestre deste ano será marcado pela retomada do foco do hospital em Novo Hamburgo. Agora, a instituição entra na fase de orçamentos para desenvolver o projeto. Em função de outras ações e do cenário de pandemia, a previsão de abertura da casa de saúde na Rua Olavo Bilac, 220, bairro Vila Nova, foi alterada para 2023. Serão R\$ 15 milhões investidos na obra, que terá 3,2 mil metros quadrados, com serviços de pronto-atendimento 24 horas com plantão clínico, pediátrico e cirúrgico; serviços de imagem digital com densitometria óssea, mamografia, radiologia e ecografias; duas salas cirúrgicas, sala de endoscopia, 10 leitos de recuperação e 20 para internações de curta permanência.

Anexo 3 segue em fase de projeto

O Anexo 3 do HMNH foi anunciado em junho do ano passado, em uma parceria da Prefeitura com a Universidade Feevale. A instituição de ensino ficará responsável pela construção do prédio com cerca de três mil metros quadrados e R\$ 10 milhões de investimento. O projeto segue em elaboração.

24/09/2020 | Jornal NH | [jornalnh.com.br](http://jornalnh.com.br) | Geral

## Curvas de contágio da Covid-19 diminuem no Estado; veja números de Novo Hamburgo

[https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo\\_hamburgo/2020/09/24/curvas-de-contagio-da-covid-19-diminuem-no-estado--veja-numeros-de-novo-hamburgo.html](https://www.jornalnh.com.br/noticias/novo_hamburgo/2020/09/24/curvas-de-contagio-da-covid-19-diminuem-no-estado--veja-numeros-de-novo-hamburgo.html)

*Números mostram redução de novos casos de forma contínua, embora especialista faça alerta de que ainda é preciso manter precauções para evitar que, como já está acontecendo na Europa, venha uma segunda onda*

Débora Ertel

Há três semanas o número de casos confirmados de coronavírus está em queda em Novo Hamburgo. Enquanto que no período de 30 de agosto e 5 de setembro o Município contabilizou 369 testes positivos para a Covid-19, de 6 a 12 de setembro foram 284 e na semana passada, de 13 a 19, 196. Até domingo, a cidade já tinha 5.339 pessoas com exame confirmado para o novo vírus, sendo que a semana de pico foi de 19 a 25 de julho, com 519 casos.

Os dados divulgados pela Secretaria Estadual da Saúde (SES) mostram que a curva de contaminação hamburguesa tem se comportado de forma semelhante ao que acontece no Rio Grande do Sul. O Estado há cinco semanas registra queda na disseminação de coronavírus. "O que acontece está dentro do esperado, já que os modelos apontavam que teríamos uma diminuição em setembro", analisa o coordenador do Laboratório de Microbiologia Molecular da Universidade Feevale e presidente da Sociedade Brasileira de Virologia, Fernando Spilki.

Virologista Fernando Spilki Foto: Eduardo Cruz/Arquivo/GES

No entanto, Spilki chama atenção para o fato da diminuição não ser tão acentuada quanto parece, principalmente em relação aos números estaduais. Conforme a SES, enquanto que de 6 a 12 de setembro o Estado teve 7.178 casos confirmados neste período, na semana seguinte foram 2.318 casos em sete dias, uma queda de 67,7%. "Há um problema na atualização dos dados, que demora de sete a dez dias para entrar no sistema em algumas situações. Então na próxima semana este número deve estar maior, embora ainda demonstrando queda", explica.

Apesar da boa notícia, Spilki alerta que a quantidade de casos agora é a mesma do mês de maio, período em que houve crescimento de contaminação. "Agora estamos do outro lado da curva, de quando começou a explodir. Se não retornarmos tudo de maneira lenta, gradual e bem pensada, poderemos ter uma segunda onda", avalia.

Contaminação por coronavírus

Contaminação por coronavírus Foto: Alan Machado/GES

Presença reduzida do vírus da gripe

Em 14 de setembro o Jornal NH divulgou que o Laboratório de Microbiologia da Feevale só tinha encontrado a presença do vírus Influenza em duas amostras, de 249 analisadas. Desde então, o resultado continua o mesmo. "É impressionante o que aconteceu", relata. De acordo com ele, os pesquisadores têm encontrado adenovírus nas amostras também em menor quantidade.

Boom aconteceu pós Dia dos Namorados

Em Novo Hamburgo, o aumento da contaminação é marcado pelo período de 14 a 20 de junho. Enquanto que na semana anterior (7 a 13 de junho), a cidade tinha 98 casos, na seguinte subiu para 233, acréscimo de 237%. A partir daí, a disseminação de coronavírus não parou de crescer, sendo que só na última semana de julho começou a diminuir. Para Spilki, além da chegada do inverno, houve dois fatos importantes que colaboraram para o boom no aumento de coronavírus, tanto no Município como no Estado. A comemoração no Dia dos Namorados em 12 de junho e o relaxamento do modelo de distanciamento controlado, anunciado em 11 de junho. "Cada município apertava mais ou menos e as pessoas tinham visão de que não se podia fazer nada. Então vários setores são flexibilizados e as pessoas relaxam dos cuidados", comenta.

Spilki reconhece que o clima também tem um impacto no grau de contaminação e que a chegada da primavera vai ajudar a diminuir o número de casos. Mas ele lembra que até mesmo no verão, com temperaturas altas, existe o risco de transmissão. Tanto que há países da Europa que enfrentam uma segunda onda de coronavírus. "O que não podemos pensar é que tudo voltou ao normal em nossas vidas, pois ainda vivemos uma pandemia. Isso pode ser perigoso", diz.

24/09/2020 | Jornal Repercussão Paranhana | repercussaoparanhana.com | Geral

**Igrejinha detalha investimentos em testes para a detecção da Covid-19**

Igrejinha - No sentido de ampliar a testagem em pacientes suspeitos da Covid-19, o município de Igrejinha, desde o início da pandemia, está trabalhando para garantir o pleno desenvolvimento do trabalho na Unidade de Triagem da cidade, investindo na compra de testes.

Inicialmente, conforme informado pela secretaria, o município realizou uma parceria com a Universidade Feevale para a realização de 445 exames, totalizando um valor de R\$ 60.681,00, que são realizados por meio da coleta de secreção (Swab combinado naso/orofaringe) em pessoas que possuem sintomas, entre o 3º e o 7º dia do início. Além disso, foram adquiridos 350 testes rápidos, o que representa um investimento de R\$ 15.750,00.

Com o avanço da doença, identificou-se a necessidade da realização de um processo licitatório para a compra de até 4000 unidades desse tipo de teste "que visa detectar anticorpo específico produzido pelo corpo humano contra o vírus SARS-CoV2 ou detectar antígeno desse vírus". Deste quantitativo, 1000 unidades já foram recebidas pela secretaria. Para esta aquisição, foram investidos, de acordo com a pasta, um valor de R\$14.900,00.

Testes já realizados e disponíveis

Com relação aos testes adquiridos pelo município desde a instalação da Unidade Municipal de Triagem, a pasta explanou que foram realizados 700 RT-PCR e aproximadamente 1.000 testes rápidos. Sendo assim, até a terça-feira (22), a SMS ainda tinha à disposição aproximadamente de 150 testes RT-PCR, pelo qual a confirmação é alcançada através do RNA do Sars-Cov-2 e 350 testes rápidos, que são realizados por meio de uma amostra de sangue do paciente. Tendo ainda um saldo de 3000 testes rápidos.

Objetivos e critérios

A secretaria de saúde de Igrejinha também informou que o objetivo da aquisição de testes é ampliar a testagem para a Covid-19 na população igrjeinhense e esclareceu os critérios para a aplicação. "O município adquiriu testes com o intuito de ampliar a testagem para a Covid-19 em nossa população. "Os testes realizados pelo Estado são restritos ao cumprimento do protocolo do Ministério da Saúde, que limita a testagem à combinação de sintomas específicos, além de ocorrer atrasos na liberação do resultado, chegando até 15 dias de espera durante alguns períodos, no caso dos testes RT-PCR", pontuou. "Com a aquisição de testes é possível alcançar mais pacientes e proporcionar maior agilidade na liberação dos resultados", finaliza a secretaria.

Assuntos: covid-19Igrejinhasaúde

24/09/2020 | Jornal Repercussão | [jornalrepercussao.com.br](http://jornalrepercussao.com.br) | Geral

## Preço do arroz sofre aumento de até 60% nos mercados da região nos últimos dois meses

<https://www.jornalrepercussao.com.br/dia-a-dia/preco-do-arroz>

Região - Alimento tradicional na mesa das famílias brasileiras, o arroz passa por um momento de elevação no seu preço médio. Nas últimas semanas, o preço do pacote de cinco quilos é encontrado nos supermercados por valores próximos aos 30 reais. Nos mercados da região, o valor do quilo passou de R\$ 2,90, em julho, para R\$ 4,60, em setembro, o que representa um aumento de 58,6% em apenas dois meses.

A proprietária do mercado Wesz, Sílvia Wesz, de Sapiranga, relata que a alta nos preços gerou uma queda de 30% nas vendas do arroz. Além disso, outros produtos básicos sofreram variações no valor, como o feijão, o poleo de soja, o leite, o açúcar e a farinha. "O que estamos tendo maior dificuldade de compra é o óleo de soja. Não tem como ignorar os aumentos, mas procuramos negociar preço com os fornecedores, muitas vezes adquirindo grandes quantidades para ter um preço competitivo no mercado. Mas se compararmos o preço de 5kg de arroz, que dá para 5 pessoas comer por aproximadamente 14 dias, com um refrigerante de 2,5L que custa em torno de R\$7,00 e cinco pessoas consomem em um único dia, será que o arroz está realmente caro? Talvez ele era barato demais e as pessoas não davam valor", afirmou Sílvia.

A economista e professora da Universidade Feevale, Lisiane Fonseca, afirma que o preço do arroz subiu muito por dois motivos principais: a entressafra, período no qual há menor produção de arroz, e a alta demanda, pois, com a pandemia e o isolamento, as pessoas passaram a cozinhar com maior frequência.

"Supermercados e atacados são apenas a ponta do iceberg"

Alesson da Silva, comprador do Mundo Real Atacado, afirmou que o supermercado também sofreu com o gasto a mais para adquirir o produto. Segundo Alesson, no início da pandemia, houve aumento nas vendas do produto, em função do medo dos clientes de que o atacado pudesse fechar as portas. A partir do segundo semestre, as vendas ficaram travadas pela alta dos preços. "Supermercados e atacados são apenas a ponta do iceberg, ficamos de mãos atadas e temos que repassar os valores estipulados pelas cadeias anteriores", lamentou o comprador.

Arroz pode ser substituído

A nutricionista Sana Chilanti afirma que o arroz tem predominância de carboidratos e, portanto, pode ser substituído na alimentação diária por alimentos como batata branca, batata doce, aipim ou macarrão. Ela ressalta que os alimentos não são exatamente iguais uns aos outros, e, portanto, a substituição deve ser feita com atenção. Além disso, ela dá a dica de preparar o arroz com legumes, fazendo "render" o prato, se tornando, assim, um prato mais nutritivo e com custo mais baixo.

Os malefícios do arroz, segundo a nutricionista Sana, estão mais ligados a carboidratos de má qualidade, como biscoitos, salgadinhos, sorvetes e açúcares. Esses, quando consumidos em muita quantidade e em uma frequência maior, podem estar relacionados à obesidade, diabetes e cansaço. "Carboidratos de boa qualidade, como batata, batata doce, aipim, arroz e arroz integral são muito utilizados pelo nosso organismo como nosso "combustível", são eles que geram a nossa energia. Os malefícios deles se encontram, geralmente, no preparo, pois é quando há a adição de óleos, sal e queijo, por exemplo", finaliza Sana.

"O aumento no preço é um conjunto de fatores" Entrevista na íntegra com a economista e professora da Universidade Feevale, Lisiane Fonseca Foto: Divulgação/Universidade Feevale

Jornal Repercussão: Qual a explicação do aumento no preço dos alimentos, em especial o arroz?

Lisiane Fonseca: Tem um conjunto de coisas que estão acontecendo. Primeiro, estamos em um período de entressafra na colheita de arroz aqui no nosso estado. É um período, então, que ele está plantado mas não está sendo colhido. Só que, mesmo que tenhamos estoque, tivemos um crescimento muito expressivo da demanda interna, ou seja, aumentou o consumo. E o consumo aumenta porque, em função da pandemia, as pessoas estão mais em casa, estão cozinhando mais. Então, fora de casa, em um restaurante, no horário de trabalho, eu me sirvo de lasanha, salada, coisas diferentes, que normalmente as pessoas não fazem em casa, e não necessariamente arroz e feijão. Em casa, essa demanda acaba sendo um pouco maior, até por ser uma das refeições típicas do brasileiro. Junto com isso, o arroz brasileiro que está a disposição no mercado está sendo muito exportado, pois o câmbio está mais interessante para exportação. Portanto, quem vende o arroz, em uma conversão de câmbio, vai acabar ganhando mais exportando do que no mercado interno. Nesse sentido temos alguns elementos dentro da economia pressionando o arroz, o feijão, o óleo, entre outros. Alguns economistas estão analisando o impacto das pessoas em casa, por causa da pandemia, e que por consequência estão cozinhando mais, mas também o impacto do próprio auxílio emergencial. As pessoas estão cozinhando não só por necessidade, mas também como um hobby, por lazer. Eu acho que o crescimento de programas na televisão dedicados à gastronomia é uma prova disso. E estes programas, além disso, estão incentivando as pessoas à cozinhar pratos mais elaborados no seu dia a dia. Temos mais pessoas demandando o produto e com maior frequência.

JR: O que o consumidor pode fazer para driblar esse aumento no preço e como enfrentar este momento?

LF: Uma possibilidade é procurar substitutos. Eu sei que, por ser o prato típico, a gente acha meio difícil fazer isso. Mas tentar de fato consumir outras coisas, como batata, aipim, macarrão, outra forma de carboidrato que possa saciar a necessidade do alimento e sem comprometer a qualidade nutricional. Outra questão que é importante termos em mente é que a tendência futura do mercado - e aí eu já falo em final do ano, início do ano que vem, até março mais ou menos - é de normalização. Primeiro porque teremos uma nova safra, então isso aumentará a oferta do produto no mercado, mas também porque a gente não deve ficar nesse cenário de pandemia e reclusão por tanto tempo. Então, hoje, a alimentação dentro da economia, principalmente pensando em arroz e feijão, se encaixa em um conceito que chamamos de bem inelástico. É um bem cuja demanda e consumo não se altera de forma significativa

em função de mudança de renda, ou seja, tu não vai comer mais se ganhar na Mega Sena nem vai comer menos se teu salário diminuir. E também é um bem menos sensível à variação de preço. Isso significa que uma família, quando vai no supermercado, pode abrir mão de um iogurte ou refrigerante, mas dificilmente abrirá mão do arroz e feijão. Isso também mantém o preço do arroz pressionado para cima. A expectativa é que o preço tenda a uma normalidade nos próximos meses, e quando digo isso me refiro à próxima safra, que deve ocorrer no início do ano que vem. Mas percebemos que é um dos poucos setores dentro da economia que está com pressão nos preços. Isso porque a grande maioria está com a demanda em queda, as pessoas estão e casa, estão viajando menos, estão comprando menos roupas, menos calçados, mas a alimentação é básica. Então, de certa forma, alimentos, produtos de higiene e saúde, são os que têm mantido seus preços pressionados para cima.

JR: Então, este valor mais alto deve seguir por mais alguns meses, até o início do ano que vem?

LF: Temos alguns pontos que precisam ser observados. Eu comento sobre o início do ano que vem pensando em uma nova safra, que deve começar a ser colhida daqui três ou quatro meses, por volta de fevereiro. E ela não é colhida ao mesmo tempo, alguns fazem em fevereiro, outros em março, enfim. O que quero dizer é que a tendência da economia, passado o pico da pandemia, é retomar um certo ritmo, então a demanda começa a se diluir um pouco mais, e a pressão fica um pouco menor. Mas tudo depende, também, do câmbio, por exemplo, para entendermos como vai ficar a relação do que vai ser vendido dentro do Brasil e o que vai ser exportado. Depende do comportamento das pessoas, mesmo que, como eu citei anteriormente, feijão, arroz e óleo acabam tendo um comportamento mais rígido em termos de demanda, não há grandes oscilações. Até por isso que parte hoje da venda está sendo realizada para o exterior, pois, para os vendedores e produtores, é uma oportunidade de negócios vantajosa, mesmo que crie um impacto no mercado nacional.

JR: Qual a recomendação para os consumidores neste momento: deve ser feito estoque do produto e comprar grandes quantidades?

LF: No cenário que temos agora para este produto específico, se as pessoas vão ao mercado e compram quantidades maiores, elas estão concordando que o preço deve subir (em termos de mercado). O que recomendamos em situações como essa é de comprar o necessário. Não precisa fazer estoque. Como este produto passa por períodos de safra e entressafra, mais pra frente terá um período de aumento na oferta, em que será feita a colheita do produto, e terá um volume maior para vender. O que quero enfatizar é que o produto não vai desaparecer, e o quanto mais as pessoas agem dessa forma, de querer comprar quantidades maiores, elas estão pressionando ainda mais a demanda, e aí sim é que o preço não baixa.

JR: A normalização, então, ocorre em um processo natural? Não depende de movimentos governamentais ou do mercado?

LF: Acontece ao natural. O próprio mercado vai se reorganizando em função desse novo perfil de oferta de produtos à disposição no mercado. Um exemplo, para que fique mais fácil de entender a reorganização do mercado: na safra da bergamota, o preço cai muito, em qualquer mercadinho encontramos a fruta, mas a melancia é muito cara. Quando chega mais para o final do ano, essa safra inverte aqui no Rio Grande do Sul. Entramos no período de entressafra da bergamota, ou seja, o preço da fruta sobe até praticamente sumir do mercado, pois ela precisa vir de outros estados para nos abastecer, mas, em compensação, começa a baixar o preço da melancia, pois no final do ano ocorre a safra de melancia. Então, quem comprar melancia agora (em setembro) aqui no Rio Grande do Sul, vai pagar um preço mais alto, pois, assim como a bergamota no verão, ela vem de outro estado para nos abastecer. Esse exemplo, claro, facilita o entendimento, mas porque é muito fácil substituir uma fruta por outra. Já o arroz é mais difícil de ser substituído. Trocar por purê de batatas, por exemplo, não é a mesma coisa que o arroz, e por isso para algumas pessoas essa troca é mais difícil. Mas a tendência, sim, analisando todos os cenários que temos levantado, é que o preço deve começar a regular.

JR: Essa variação no valor do arroz ocorre anualmente? Por que agora o consumidor está sentindo mais?

LF: O que mais agravou mesmo é o aumento do volume exportado. A nossa produção de arroz tem uma certa regularidade que atende à demanda interna. Então, eventualmente temos problemas de safra por questões climáticas, por exemplo, como seca ou excesso de chuvas, mas existe uma regularidade de oferta. Nesse período, especificamente, temos um desequilíbrio em dois componentes, que é a demanda e a exportação. Por isso que, provavelmente, o consumidor esteja percebendo essa variação mais expressiva no preço.

Tags: AraricáCampo BomeconomiaNova HartzPaísRegiãoSapiranga

24/09/2020 | Novo Oeste Online | novoeste.com | Geral

## A destruição do Pantanal afeta diretamente todos os outros biomas

A degradação ambiental do Brasil sob governo de Bolsonaro despertam preocupação mundial, porque também violam os direitos humanos. Mayke Toscano/Fotos Públicas

O Pantanal brasileiro passa por sérios problemas de queimadas que estão destruindo toda a fauna e flora do bioma. O aumento dos incêndios é tão sério que a proporção é 440% maior do que a média entre 2010 e 2019. Os principais fatores dessa tragédia, segundo o professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, Pedro Luiz Côrtes, são o desmonte no Ministério do Meio Ambiente, a estrutura de fiscalização e a questão climática peculiar, com uma seca muito forte, provocada pela transição dos fenômenos El Niño e La Niña, que favorecem a proliferação do fogo no local.

A reportagem é de André Martins, estagiário do Curso de Jornalismo da Unisinos.

Para Jorge Sampaio, líder da Iniciativa Pantanal da WWF, mesmo sendo uma época de estiagem, muitas áreas do bioma estariam inundadas por conta das chuvas de meses anteriores, porém, elas secaram, agravando a situação e expondo os locais ao fogo. Mas é claro que ações humanas vêm contribuindo para a degradação do Pantanal, principalmente com queimadas feitas para a limpeza de roçados ou pastagens e atividades de agricultura e pecuária extensiva. "Com a seca severa que estamos vivendo, esse problema se intensifica", diz.

Essa tragédia que ocorre no Pantanal vem somada da pior seca dos últimos 47 anos no bioma, o que afeta toda a vida animal que ali existe e interfere no habitat da maior planície de inundação do mundo. O Pantanal, por si só, já é um ambiente pobre em nutrientes e quando se tem uma tragédia desse tamanho, é inevitável a redução dos recursos alimentares para os animais e consequentemente a morte de muitas espécies presentes no Pantanal.

O Pantanal faz parte de um dos seis biomas constituídos no Brasil. Mesmo ele sendo um dos menores biomas em extensão (1,8% de área brasileira), é muito importante para espécies de plantas e animais que vivem apenas naquele local, como a arara azul, a onça pintada, a sucuri e muitos outros. A tragédia que afeta esse bioma nos últimos meses não é um caso isolado. Todos os outros ecossistemas existentes no Brasil também sofrem, principalmente pela ação do homem, que destrói a natureza por razões econômicas que às vezes nem são tão lucrativas, mas são feitas em nome de um pseudo-desenvolvimento do país.

A fauna e a flora existentes no Pantanal. (Fonte: IBGE)

A degradação dos biomas

Segundo o jornalista e coordenador do Observatório do Clima, Claudio Ângelo, os biomas brasileiros estão interconectados por estarem no mesmo território da América do Sul e estarem sujeitos às mesmas pressões demográficas, econômicas e climáticas. "Há as zonas de contato entre os biomas, e eles são particularmente importantes entre a Amazônia e o Cerrado, que é onde a fronteira agrícola do Brasil se expande. Em Minas Gerais, os pontos de contato entre a Mata Atlântica e o Cerrado são zonas críticas de desmatamento", diz.

Ou seja, os problemas que ocorrem em cada um dos biomas se expandem e interferem no ecossistema em geral. Por causa da ação do homem, todos os biomas sofrem com problemas de desmatamento que consequentemente atingem a vida humana. O desmatamento torna o Brasil um dos maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo, segundo Ângelo.

Na Amazônia, 65% do que se desmatou até 2017 foi para fazer pastos de baixíssima capacidade, com menos de um boi por hectare, não gerando riqueza nenhuma. A Mata Atlântica foi destruída em menos de cem anos e 60% da população brasileira vive em cima do que já foi a mata. Na Caatinga, há um crescente estresse hídrico causado pelo desmatamento, deixando o bioma mais seco e árido, sendo difícil frear o processo de degradação no local. O Cerrado é uma das últimas reservas de terras que suportam a produção de grãos e formação de pastagens, atraindo investimento da agropecuária e infraestrutura nessa área, levando a perspectivas preocupantes para o futuro. No Pampa gaúcho, a expansão dos eucaliptos e a produção de soja são as maiores ameaças para o bioma, que vê seus campos de coxilha, tradicionalmente usado para a criação de gados, em extinção. Ou seja, a degradação dos biomas afeta direta e indiretamente o outro. "No caso da Caatinga, a principal interface geográfica é com o Cerrado e a Mata Atlântica, ambos extremamente degradados (restam apenas 8% da Mata Atlântica e cerca de 50% do Cerrado). A degradação do Cerrado e da Mata

Atlântica impacta negativamente a Caatinga e vice-versa. Entre os principais impactos, estão a redução de serviços ecossistêmicos, a erosão e a pressão sobre os recursos naturais", afirma Rodrigo Castro, coordenador do Projeto de Conservação do Tatu-bola e mestre e graduado em Ciências Naturais pela Escola Politécnica Federal de Zurique.

Mapa contendo a divisão atual dos biomas brasileiros. (Fonte: IBGE)

O Pantanal que hoje está se perdendo pelas queimadas é um bioma que vive ritmado pela inundação. Em março, pode ser visto no local imensas áreas alagadas, de centímetros até metros, enquanto em agosto, toda aquela inundação vira poeira e seca. Os animais, plantas e humanos que vivem ali, estão bem adaptados àquela região. Entender que o Brasil é rico na fauna e na flora e respeitar os biomas com as suas particularidades e peculiaridades é o primeiro passo para conseguir viver em harmonia com a natureza. Da mesma forma, a Mata Atlântica é importante para as espécies de plantas e animais do Rio Grande do Sul até o Piauí, a Amazônia para o mundo inteiro, e o Cerrado foi para a vida de populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas do continente e instituíram ali as primeiras sociedades.

Estamos passando hoje por um dos piores momentos na defesa de nossos biomas, com o Pantanal em chamas e a Amazônia sendo destruída. Conseguimos notar um ineficaz trabalho do governo que mantém uma forte relação com a indústria agropecuária e mineradora, ajudando aqueles que visam usar o ecossistema como um produto financeiro. O futuro para cada bioma se torna preocupante. Se não houver uma intensa luta para defender o Pantanal, o Brasil irá perder muito de sua riqueza natural nas mãos da agropecuária e com problemas irreversíveis no nosso ecossistema.

Nos últimos anos, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU tem publicado inúmeras entrevistas, notícias e revistas sobre a situação dos biomas brasileiros. Entre eles, destacamos revistas que tratam de cada um dos biomas citados nesta matéria. Os materiais sobre o assunto estão disponíveis abaixo.

Leia mais

Biomas brasileiros e a teia da vida. Revista IHU On-Line, Nº. 500

Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental. Revista IHU On-Line, Nº. 433

O Pantanal em alerta. Revista IHU On-Line, Nº. 345

Amazônia. Verdades e Mitos. IHU On-Line, Nº. 211

Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeeira da América do Sul. IHU On-Line, Nº. 382

Floresta de Araucária: uma teia ecológica complexa. IHU On-Line, Nº. 183

O Pampa e o monocultivo do eucalipto. IHU On-Line, Nº. 247

Pampa. Silencioso e desconhecido. IHU On-Line, Nº. 190

Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil. IHU On-Line, Nº. 389

Fogo no Pantanal mato-grossense começou em fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio

O Pantanal está queimando - a era do fogo chegou

Incêndios já tomam quase metade das terras indígenas no Pantanal

Queimadas no Pantanal transformam Corumbá em cenário de ficção científica

Idosos, grávidas e crianças Bororo são retirados de aldeia diante de incêndio no Pantanal

Em 2020, o número de incêndios no Pantanal é 440% maior que a média dos últimos anos

Em um ano, governo Bolsonaro corta verba para brigadistas em 58%

Pantanal queima e batistas ajudam bombeiros, brigadistas e moradores

'Ninguém quer ver de perto a morte que o fogo traz para o Pantanal. Eu vi'

Pantanal, Cerrado e Amazônia em Chamas

O Pantanal em chamas - Mudanças climáticas e agronegócio brasileiro ameaçam maior área alagada do mundo

Queimadas no Pantanal crescem mais de 200% e batem recorde

Um ano depois de nuvem negra em SP, queimadas no Pantanal levam fumaça para Belém

Emergência ambiental no Pantanal - Incêndios em Mato Grosso do Sul aumentam 74% com relação a 2019

Por que Pantanal vive 'maior tragédia ambiental' em décadas

Queimadas crescem em todos os seis biomas terrestres brasileiros pela primeira vez

Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/>

## O novo coronavírus pode ser transmitido pelo cocô?

<https://www.qwerty.com.br/2020/09/24/o-novo-coronavirus-pode-ser-transmitido-pelo-coco/>

Textos, fotos e vídeos do Portal Qwerty estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral, sendo vedada a reprodução em qualquer meio de comunicação sem autorização prévia.

"Também foi determinado que é possível encontrar o genoma do vírus no esgoto", complementa Fernando Rosado Spilki, presidente da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV) e professor da Universidade Universidade Feevale, no Rio Grande do Sul. Esse fato foi registrado em vários países, inclusive no Brasil.

Mas será que a presença do Sars-CoV-2 nas fezes pode, de alguma maneira, favorecer a sua transmissão a indivíduos saudáveis? Afinal, o ato de dar descarga é capaz de espalhar partículas pelo ar - o chamado aerossol fecal.

Pois pesquisadores da Universidade de Hong Kong, na China, colocaram à prova essa suspeita - que já tinha sido aventada por outras análises. Eles investigaram nove casos em um prédio domiciliar na cidade de Guangzhou, no início de 2020. As infecções ocorreram entre 26 de janeiro e 13 de fevereiro de 2020, período de intenso isolamento social.

Inicialmente, havia uma família infectada - os três parentes tinham acabado de voltar de Wuhan, cidade onde a pandemia começou. Dias depois de testarem positivo para o coronavírus, mais seis casos foram identificados em outras duas famílias do prédio. Dessa vez, porém, os indivíduos não possuíam histórico de viagem. Detalhe: os três apartamentos ficavam no mesmo andar e compartilhavam os sistemas de drenagem e ventilação.

Para entender a raiz do surto, os cientistas testaram os 202 moradores do prédio e os 24 funcionários da administração. Também verificaram 237 amostras de superfícies e ar de 11 dos 83 apartamentos, áreas públicas e sistemas de drenagem. Para completar, utilizaram a técnica do gás traçador, um método que identifica rupturas nesse tipo de estrutura.

Após todas essas análises, os resultados sugerem que os aerossóis gerados na descarga do vaso sanitário da família que veio de Wuhan foram os responsáveis pelas infecções identificadas posteriormente. A teoria é de que as partículas chegaram aos outros apartamentos pelas chaminés e aberturas de drenagem.

No entanto, a conclusão é puramente circunstancial, já que não se trata de um estudo controlado. Os próprios autores apontam que essa é apenas uma possibilidade. Evidências anteriores

Na época do surto de Sars, causada por um outro coronavírus, em 2003, a Organização Mundial da Saúde (OMS) documentou a transmissão da doença em um prédio de 50 andares, em Hong Kong. Foram confirmados 342 casos e 42 mortes. O relatório da entidade citou defeitos no sistema de encanamento, o que facilitaria o transporte de gotículas carregadas de vírus, mas também não chegou a nenhuma conclusão. Afinal, é para ficar preocupado?

De acordo com Spilki, tudo indica que, se houver transmissão fecal, trata-se de um evento raro e possibilitado por situações bem específicas.

"Seria necessário um prédio com muitos pacientes e uma drenagem bastante deficitária que permitisse uma quantidade de partículas altas dentro do sistema, além de banheiros mal ventilados", enumera o presidente da SBV.

Ainda assim, os pesquisadores que apuram essa via de contágio destacam a necessidade de mais trabalhos para estabelecer uma conclusão definitiva.

Até porque não podemos ignorar o fato de que uma parcela significativa da população vive em áreas sem saneamento básico e com esgoto a céu aberto. Sem falar nos funcionários de estações de tratamento. "Esses profissionais estão em contato direto com os

tanques de aeração, que jogam a água residuária e formam aerossóis", relata o Spilki.

O professor participou de um estudo assinado pelas universidades do Texas, nos Estados Unidos, e FEEVALE e FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), no Brasil, que identificou um risco elevado para esses trabalhadores caso essa forma de transmissão de coronavírus se confirme.

"Mas, por enquanto, não é possível garantir que essa seja uma forma relevante de disseminação. A transmissão via respiratória é bem mais significativa", arremata o virologista. Por isso, o crucial ainda é focar nas medidas de prevenção clássicas: uso de máscara, distanciamento social e higienização das mãos.

Por fim, independentemente de o aerossol fecal contribuir para a Covid-19 ou não, lembre-se de fechar a tampa da privada antes de dar descarga. "Essa via de contaminação é confirmada para outras doenças", finaliza o professor.

Fonte: Veja Saúde

24/09/2020 | Rádio Solaris | [radiosolaris.com.br](http://radiosolaris.com.br) | Geral

## Secretário Estadual de Educação palestra na CIC/Caxias dia 28

<https://radiosolaris.com.br/secretario-estadual-de-educacao-palestra-na-cic-caxias-dia-28/>

*Faisal Karam falará sobre ações do Estado na pandemia na reunião almoço Rogerio Costanza*

O secretário da Educação do Rio Grande do Sul, Faisal Karam, será o palestrante da reunião-almoço on-line que a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC Caxias) realiza na próxima segunda-feira (28). O evento será transmitido a partir das 12h no canal da entidade no Youtube ([youtube/cicaxias](https://www.youtube.com/c/cicaxias)) e em sua página no Facebook. No tema, a "Educação gaúcha: ações do estado na pandemia, tecnologias e resultados".

Karam adianta que abordará questões como "a tecnologia na educação e os resultados positivos da educação gaúcha no ano de 2020, como a liderança no Enem, resultado histórico no Ideb e redução recorde na distorção idade-série".

Formado em Administração de Empresas pela Unisinos, Faisal Karam chegou ao governo depois de ter vivido por oito anos a experiência de administrar, entre os anos de 2009 e 2016, a cidade de Campo Bom. Como prefeito, conduziu uma gestão marcada por resultados expressivos na melhoria da infraestrutura das escolas. Ampliou o acesso, dobrando, por exemplo, a oferta de vagas em Educação Infantil. No seu período como prefeito, o município recebeu diversos reconhecimentos no prêmio Gestor Público, sendo que muitos deles foram na área da Educação.

Foto: Secretaria da Educação/Divulgação Karam abordará questões como a tecnologia na educação Marcado como caxias do sul cic Educação faisam karam

Autor

Arquivo de Autor

24/09/2020 | Unijuí | [unijui.edu.br](http://unijui.edu.br) | Geral

## Estudantes de Gastronomia têm aula sobre apresentação visual e criatividade com chef convidado

<https://www.unijui.edu.br/comunica/cursos/576-presencial/gastronomia-tecnologia-448/34105-estudantes-de-gastronomia-tem-aula-sobre-apresentacao-visual-e-criatividade-com-chef-convidado>

Com o objetivo de ampliar o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades, o curso de Gastronomia realizou, nesta quinta-feira,

24, a aula diferenciada na disciplina de Gastronomia Contemporânea com o chef e professor convidado Israel Bertamoni. Nesta atividade, os estudantes assistiram a uma aula de empratamento e no refinamento do aspecto visual, focando bastante na criatividade. O professor convidado preparou as seguintes receitas: Entrada: a nova caprese com queijo colonial e pesto de manjeriço com pinhão Prato principal: frango defumado com chutney de butiá, vinagrete de trigo e farofa de butiá Sobremesa: pavlova de erva mate com curd de limão siciliano, ganache de chocolate branco e frutas verdes Para isso, foram utilizados ingredientes regionais gaúchos, sendo eles: queijo colonial, pinhão, butiá, trigo e erva mate. A defumação do frango foi realizada pelos próprios estudantes do curso. Esta atividade foi organizada pela chef contratada do curso, Tiana Maxine Kronbauer Hintz, e também pela coordenadora, Adriane Huth. Tiana observa que a troca de experiências é algo com bastante significado em atividades como esta. "Gera um efeito inovador na forma de pensar e agir de todos. Com essa intenção, trazendo uma forma mais contemporânea de apresentar os pratos juntamente com toda bagagem do professor Israel, disponibilizamos aos alunos ferramentas além das tradicionais. Ensinamos a eles que não há uma única forma de executar as técnicas dentro da cozinha e a apresentação do prato segue o mesmo princípio". A aula aconteceu no Laboratório de Gastronomia e Nutrição da Unijuí e, tendo os cuidados e mantendo os protocolos em razão da pandemia da covid-19, a aula ocorreu em dois momentos, dividindo os estudantes em duas turmas, uma pela tarde e outra no turno da noite. Natural de Caxias do Sul, Israel Bertamoni possui formação no curso de tecnologia em Gastronomia pela Unisinos, atualmente é pós-graduando em Gestão estratégica de restaurantes e similares e mestrando em Turismo e Hospitalidade pela UCS. Sua linha de pesquisa está na Gastronomia como Patrimônio. Israel atua como docente nos cursos de Gastronomia da Unisinos (São Leopoldo e Porto Alegre), UNICNEC (Bento Gonçalves) e FSG (Caxias do Sul), além de trabalhar como consultor, chef de cozinha e pesquisador da gastronomia regional.